

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	19
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	83
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	87
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	89
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.484
Preferenciais	88.177
Total	152.661
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	7.112.772	7.994.563
1.01	Ativo Circulante	2.128.841	2.863.935
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.391	296.486
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.218.313	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.218.313	0
1.01.03	Contas a Receber	716.699	2.356.600
1.01.03.01	Clientes	716.699	2.356.600
1.01.04	Estoques	46.490	47.125
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.808	11.874
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.808	11.874
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	9.808	11.874
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.750	3.027
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	130.390	148.823
1.01.08.03	Outros	130.390	148.823
1.01.08.03.01	Créditos com controladas	270	432
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	45.379	63.455
1.01.08.03.04	Outros	84.741	84.936
1.02	Ativo Não Circulante	4.983.931	5.130.628
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.380.978	3.853.079
1.02.01.03	Contas a Receber	2.947.076	3.633.207
1.02.01.03.01	Clientes	2.358.869	2.646.721
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	588.207	986.486
1.02.01.04	Estoques	50.001	41.867
1.02.01.06	Tributos Diferidos	225.619	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	225.619	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	158.282	178.005
1.02.01.09.03	Benefício Fiscal - Ágio Incorporado	67.832	90.247
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	76.616	74.690
1.02.01.09.07	Outros	13.834	13.068
1.02.02	Investimentos	1.582.622	1.258.200
1.02.02.01	Participações Societárias	1.582.622	1.258.200
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	581.670	490.647
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.000.952	767.553
1.02.03	Imobilizado	10.094	8.375
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.094	8.375
1.02.04	Intangível	10.237	10.974
1.02.04.01	Intangíveis	10.237	10.974

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	7.112.772	7.994.563
2.01	Passivo Circulante	1.450.052	1.363.305
2.01.02	Fornecedores	24.339	53.373
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.339	53.373
2.01.03	Obrigações Fiscais	36.934	149.570
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	36.934	149.570
2.01.03.01.02	Tributos e encargos sociais a recolher	23.246	136.433
2.01.03.01.03	Impostos parcelados - Lei nº 11.941	13.688	13.137
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.309.975	1.064.230
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	348.729	897.563
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	153.361	587.936
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	195.368	309.627
2.01.04.02	Debêntures	961.246	166.667
2.01.05	Outras Obrigações	48.870	69.153
2.01.05.02	Outros	48.870	69.153
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.696	6.340
2.01.05.02.04	Valores a pagar - Fundação Cesp	6.896	6.226
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	32.530	38.535
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	3.770
2.01.05.02.07	Outros	4.748	14.282
2.01.06	Provisões	29.934	26.979
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	29.934	26.979
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	29.934	26.979
2.02	Passivo Não Circulante	709.683	1.553.028
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	329.399	1.183.487
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	113.873	226.804
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	113.873	226.804
2.02.01.02	Debêntures	215.526	956.683
2.02.02	Outras Obrigações	206.310	205.708
2.02.02.02	Outros	206.310	205.708
2.02.02.02.04	Obrigações Especiais - Rever/Amortização	24.053	24.053
2.02.02.02.05	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	138.019	142.318
2.02.02.02.06	Encargos Regulatórios a Recolher	44.238	39.337
2.02.03	Tributos Diferidos	43.682	42.988
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	43.682	42.988
2.02.03.01.01	PIS e COFINS Diferidos	43.682	27.915
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	15.073
2.02.04	Provisões	130.292	120.845
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	130.292	120.845
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.920	7.506
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	104.651	109.865
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	17.721	3.474
2.03	Patrimônio Líquido	4.953.037	5.078.230
2.03.01	Capital Social Realizado	2.000.000	1.162.626
2.03.02	Reservas de Capital	1.365.573	2.202.947
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	147.912	147.912

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	666	666
2.03.02.07	Subvenções para investimento – CRC	426.710	1.264.084
2.03.02.08	Remuneração das imobilizações em curso	633.053	633.053
2.03.02.09	Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
2.03.02.10	Incentivos fiscais FINAM	6.743	6.743
2.03.04	Reservas de Lucros	1.711.389	1.712.657
2.03.04.01	Reserva Legal	232.525	232.525
2.03.04.02	Reserva Estatutária	116.263	116.263
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	24.590	25.858
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.338.011	1.338.011
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-123.925	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	215.563	560.857	514.054	1.410.664
3.01.01	Receita Operacional Líquida	215.563	560.857	514.054	1.410.664
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-135.989	-370.034	-137.492	-376.621
3.02.01	Custo dos Serviços de Construção e Operação e Manutenção	-135.989	-370.034	-137.492	-376.621
3.03	Resultado Bruto	79.574	190.823	376.562	1.034.043
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-504.679	-542.896	20.978	-16.833
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.868	-128.553	-32.442	-102.599
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.104	-3.769	-1.401	-4.178
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-33.764	-124.784	-31.041	-98.421
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-516.255	-516.255	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	703	17.682	605	1.860
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.977	-23.060	-7.208	-28.390
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	53.718	107.290	60.023	112.296
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-425.105	-352.073	397.540	1.017.210
3.06	Resultado Financeiro	18.003	78.013	-41.303	-139.110
3.06.01	Receitas Financeiras	82.399	247.840	15.891	85.390
3.06.02	Despesas Financeiras	-64.396	-169.827	-57.194	-224.500
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-407.102	-274.060	356.237	878.100
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	161.822	147.197	-114.907	-230.493
3.08.01	Corrente	-17.017	-93.495	-88.477	-215.262
3.08.02	Diferido	178.839	240.692	-26.430	-15.231
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-245.280	-126.863	241.330	647.607
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-245.280	-126.863	241.330	647.607
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1,60669	-0,83101	1,58082	4,24211
3.99.01.02	PN	-1,60669	-0,83101	1,58082	4,24211
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.99.02.01	ON	-1,60669	-0,83101	1,55040	4,17119
3.99.02.02	PN	-1,60669	-0,83101	1,55040	4,17119

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-245.280	-126.863	241.330	647.607
4.03	Resultado Abrangente do Período	-245.280	-126.863	241.330	647.607

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.859.424	651.328
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	220.816	703.886
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Período	-126.863	647.607
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	5.475	3.495
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	15.767	-7.145
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-240.692	15.231
6.01.01.05	Provisão para Contingências	9.447	-8.588
6.01.01.06	Valor Residual do Ativo Perm. Baixado	13	646
6.01.01.07	Benefício Fiscal - Ágio Incorporado	22.415	21.624
6.01.01.08	Provisão SEFAZ	516.255	0
6.01.01.09	Juros e Var. Monet. e Cambial s/ Ativos e Passivos	128.105	145.141
6.01.01.10	Realização de perda em Controlada	-1.816	-1.829
6.01.01.11	Resultado da Equivalência Patrimonial	-107.290	-112.296
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.638.608	-52.558
6.01.02.01	Clientes	1.927.753	65.717
6.01.02.02	Estoques	-7.499	-3.389
6.01.02.03	Valores a Receber - Secr. da Fazenda	-117.976	-109.136
6.01.02.04	Tributos e Contribuições a Compensar	2.120	-2.638
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-1.926	-5.953
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-2.723	-6.381
6.01.02.07	Outros	-409	-4.408
6.01.02.08	Fornecedores	-29.034	-7.200
6.01.02.09	Tributos e Enc. Sociais a Recolher	-113.187	37.494
6.01.02.10	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	-10.070	-9.508
6.01.02.11	Encargos Regulatórios a Recolher	-2.532	5.764
6.01.02.12	Provisões	2.955	91
6.01.02.13	Valores a Pagar - Fundação CESP	670	-255
6.01.02.14	Outros	-9.534	-12.756
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.440.099	-183.542
6.02.01	Aplicações Financeiras	-1.218.313	0
6.02.02	Compras de Imobilizado	-3.556	-4.282
6.02.03	Intangível	-2.914	-2.946
6.02.04	Investimentos	-215.316	-176.314
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-714.420	-170.355
6.03.01	Adições de Empréstimos e Debêntures	200.000	1.100.000
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-840.319	-612.205
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Juros)	-98.303	-126.794
6.03.04	Pagamento/Recebimento de Instrumentos Financeiros Derivativos	24.230	-798
6.03.05	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-28	-530.558
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-295.095	297.431
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	296.486	151.021
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.391	448.452

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.162.626	2.202.947	1.712.657	0	0	5.078.230
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.626	2.202.947	1.712.657	0	0	5.078.230
5.04	Transações de Capital com os Sócios	837.374	-837.374	0	1.670	0	1.670
5.04.01	Aumentos de Capital	837.374	-837.374	0	0	0	0
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	1.296	0	1.296
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	374	0	374
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-126.863	0	-126.863
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-126.863	0	-126.863
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.268	1.268	0	0
5.06.04	Realização da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-1.268	1.268	0	0
5.07	Saldos Finais	2.000.000	1.365.573	1.711.389	-123.925	0	4.953.037

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-31.349	-274.024	0	-305.373
5.04.06	Dividendos	0	0	-31.349	-147.382	0	-178.731
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-127.900	0	-127.900
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	873	0	873
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	385	0	385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	647.607	0	647.607
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	647.607	0	647.607
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-4.643	4.643	0	0
5.06.04	Realização da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-4.643	4.643	0	0
5.07	Saldos Finais	1.162.626	2.202.947	1.137.869	378.226	0	4.881.668

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	665.185	1.629.247
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	647.503	1.627.387
7.01.02	Outras Receitas	17.682	1.860
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-807.336	-300.231
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-22.360	-23.978
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-268.721	-276.253
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-516.255	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-142.151	1.329.016
7.04	Retenções	-5.475	-3.495
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.475	-3.495
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-147.626	1.325.521
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	355.130	197.686
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	107.290	112.296
7.06.02	Receitas Financeiras	247.840	85.390
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	207.504	1.523.207
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	207.504	1.523.207
7.08.01	Pessoal	170.697	146.295
7.08.01.01	Remuneração Direta	124.073	111.345
7.08.01.02	Benefícios	34.557	27.165
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.067	7.785
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-15.693	494.350
7.08.02.01	Federais	-30.390	479.704
7.08.02.02	Estaduais	262	637
7.08.02.03	Municipais	14.435	14.009
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	179.363	234.955
7.08.03.01	Juros	168.906	224.409
7.08.03.02	Aluguéis	10.457	10.546
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-126.863	647.607
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	127.900
7.08.04.02	Dividendos	0	147.382
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-126.863	372.325

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	7.522.146	8.370.919
1.01	Ativo Circulante	2.249.801	2.950.684
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.769	309.603
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.239.384	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.239.384	0
1.01.03	Contas a Receber	789.308	2.425.203
1.01.03.01	Clientes	789.308	2.425.203
1.01.04	Estoques	57.469	48.814
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.665	14.174
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.665	14.174
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	12.665	14.174
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.810	3.133
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	140.396	149.757
1.01.08.03	Outros	140.396	149.757
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	45.379	63.455
1.01.08.03.02	Créditos com controladas em conjunto	119	168
1.01.08.03.03	Outros	94.898	86.134
1.02	Ativo Não Circulante	5.272.345	5.420.235
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.217.046	4.602.017
1.02.01.03	Contas a Receber	3.771.505	4.373.860
1.02.01.03.01	Clientes	3.183.298	3.387.374
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	588.207	986.486
1.02.01.04	Estoques	50.001	41.867
1.02.01.06	Tributos Diferidos	225.619	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	225.619	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	169.921	186.290
1.02.01.09.03	Benefício Fiscal - Ágio Incorporado	67.832	90.247
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	76.616	74.690
1.02.01.09.07	Outros	25.473	21.353
1.02.02	Investimentos	1.000.952	767.553
1.02.02.01	Participações Societárias	1.000.952	767.553
1.02.03	Imobilizado	10.094	8.375
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	10.094	8.375
1.02.04	Intangível	44.253	42.290
1.02.04.01	Intangíveis	44.253	42.290

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	7.522.146	8.370.919
2.01	Passivo Circulante	1.525.320	1.424.564
2.01.02	Fornecedores	46.983	63.268
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	46.983	63.268
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.777	152.189
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	39.777	152.189
2.01.03.01.02	Tributos e encargos sociais a recolher	26.089	139.052
2.01.03.01.03	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	13.688	13.137
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.349.381	1.103.212
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	388.135	936.545
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	192.767	626.918
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	195.368	309.627
2.01.04.02	Debêntures	961.246	166.667
2.01.05	Outras Obrigações	58.402	78.457
2.01.05.02	Outros	58.402	78.457
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.696	6.340
2.01.05.02.04	Valores a Pagar - Fundação Cesp	6.896	6.226
2.01.05.02.05	Encargos regulatórios a recolher	35.063	40.344
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	3.770
2.01.05.02.07	Outros	11.747	21.777
2.01.06	Provisões	30.777	27.438
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.777	27.438
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	30.777	27.438
2.02	Passivo Não Circulante	1.043.789	1.868.125
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	566.992	1.417.767
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	351.466	461.084
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	351.466	461.084
2.02.01.02	Debêntures	215.526	956.683
2.02.02	Outras Obrigações	206.310	205.839
2.02.02.02	Outros	206.310	205.839
2.02.02.02.03	Obrigações Especiais - Rever/ Amortização	24.053	24.053
2.02.02.02.04	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	138.019	142.318
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	44.238	39.468
2.02.03	Tributos Diferidos	140.158	123.637
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	140.158	123.637
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.761	38.932
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	106.397	84.705
2.02.04	Provisões	130.329	120.882
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	130.329	120.882
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.920	7.506
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	104.688	109.902
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	17.721	3.474
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.953.037	5.078.230
2.03.01	Capital Social Realizado	2.000.000	1.162.626
2.03.02	Reservas de Capital	1.365.573	2.202.947
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	147.912	147.912

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	666	666
2.03.02.07	Subvenções para Investimento - CRC	426.710	1.264.084
2.03.02.08	Remuneração das Imobilizações em Curso	633.053	633.053
2.03.02.09	Doações e Subvenções para Investimentos	150.489	150.489
2.03.02.10	Incentivos Fiscais - FINAM	6.743	6.743
2.03.04	Reservas de Lucros	1.711.389	1.712.657
2.03.04.01	Reserva Legal	232.525	232.525
2.03.04.02	Reserva Estatutária	116.263	116.263
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	24.590	25.858
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.338.011	1.338.011
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-123.925	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	288.043	694.201	586.800	1.561.847
3.01.01	Receita Operacional Líquida	288.043	694.201	586.800	1.561.847
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-149.480	-421.951	-142.040	-419.379
3.02.01	Custo dos Serviços de Construção e Operação e Manutenção	-149.480	-421.951	-142.040	-419.379
3.03	Resultado Bruto	138.563	272.250	444.760	1.142.468
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-549.725	-599.329	-20.607	-85.081
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.698	-131.692	-34.678	-107.729
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.235	-4.167	-1.549	-4.636
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-34.463	-127.525	-33.129	-103.093
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-516.255	-516.255	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	703	17.682	658	4.418
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.730	-22.814	-7.208	-28.390
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.255	53.750	20.621	46.620
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-411.162	-327.079	424.153	1.057.387
3.06	Resultado Financeiro	13.343	64.264	-46.226	-154.316
3.06.01	Receitas Financeiras	82.913	249.035	16.221	86.471
3.06.02	Despesas Financeiras	-69.570	-184.771	-62.447	-240.787
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-397.819	-262.815	377.927	903.071
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	152.539	135.952	-136.597	-255.464
3.08.01	Corrente	-18.033	-95.931	-89.108	-216.738
3.08.02	Diferido	170.572	231.883	-47.489	-38.726
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-245.280	-126.863	241.330	647.607
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-245.280	-126.863	241.330	647.607
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-245.280	-126.863	241.330	647.607
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1,60669	-0,83101	1,58082	4,24211
3.99.01.02	PN	-1,60669	-0,83101	1,58082	4,24211

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-1,60669	-0,83101	1,55040	4,17119
3.99.02.02	PN	-1,60669	-0,83101	1,55040	4,17119

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-245.280	-126.863	241.330	647.607
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-245.280	-126.863	241.330	647.607
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-245.280	-126.863	241.330	647.607

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.847.312	613.522
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	302.105	797.696
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-126.863	647.607
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	5.475	3.495
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	21.692	-17.649
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-231.883	38.726
6.01.01.05	Provisão para Contingências	9.447	-8.563
6.01.01.06	Valor Residual Ativo Perm. Baixado	13	646
6.01.01.07	Benefício Fiscal - Ágio Incorporado	22.415	21.624
6.01.01.08	Provisão SEFAZ	516.255	0
6.01.01.09	Juros e Var. Monet. e Cambial c/ Ativos e Passivos	141.120	160.259
6.01.01.11	Realização da perda em Controlada em Conjunto	-1.816	-1.829
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	-53.750	-46.620
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.545.207	-184.174
6.01.02.01	Clientes	1.843.034	-41.846
6.01.02.02	Estoques	-16.789	-5.183
6.01.02.03	Valores a Receber - Secr. da Fazenda	-117.976	-109.136
6.01.02.04	Tributos e Contribuições a Compensar	1.562	-3.271
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-1.926	-5.953
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-2.677	-6.275
6.01.02.07	Outros	-12.835	-15.486
6.01.02.08	Fornecedores	-16.285	-23.256
6.01.02.09	Tributos e Enc. Sociais a Recolher	-112.963	37.774
6.01.02.10	Encargos Regulatórios a Recolher	-1.939	6.462
6.01.02.11	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	-10.070	-9.508
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	92	0
6.01.02.14	Provisões	3.339	419
6.01.02.15	Valores a Pagar - Fund. CESP	670	-255
6.01.02.16	Outros	-10.030	-8.660
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.428.203	-150.662
6.02.01	Aplicação Financeira	-1.239.384	0
6.02.02	Imobilizado	-3.556	-4.282
6.02.03	Intangível	-5.614	-2.946
6.02.04	Investimentos	-179.649	-143.434
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-723.943	-182.896
6.03.01	Adições de Empréstimos e Debêntures	221.639	1.103.373
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-858.775	-620.175
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Juros)	-111.009	-134.738
6.03.04	Pagamento/Recebimento de Instrumentos Financeiros Derivativos	24.230	-798
6.03.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-28	-530.558
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-304.834	279.964
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	309.603	175.959
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.769	455.923

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.162.626	2.202.947	1.712.657	0	0	5.078.230	0	5.078.230
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.626	2.202.947	1.712.657	0	0	5.078.230	0	5.078.230
5.04	Transações de Capital com os Sócios	837.374	-837.374	0	1.670	0	1.670	0	1.670
5.04.01	Aumentos de Capital	837.374	-837.374	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	1.296	0	1.296	0	1.296
5.04.09	Juros sobre o capital próprio prescritos	0	0	0	374	0	374	0	374
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-126.863	0	-126.863	0	-126.863
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-126.863	0	-126.863	0	-126.863
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.268	1.268	0	0	0	0
5.06.04	Realização da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-1.268	1.268	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.000.000	1.365.573	1.711.389	-123.925	0	4.953.037	0	4.953.037

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434	0	4.539.434
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.626	2.202.947	1.173.861	0	0	4.539.434	0	4.539.434
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-31.349	-274.024	0	-305.373	0	-305.373
5.04.06	Dividendos	0	0	-31.349	-147.382	0	-178.731	0	-178.731
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-127.900	0	-127.900	0	-127.900
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	873	0	873	0	873
5.04.09	Juros sobre o capital próprio prescritos	0	0	0	385	0	385	0	385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	647.607	0	647.607	0	647.607
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	647.607	0	647.607	0	647.607
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-4.643	4.643	0	0	0	0
5.06.04	Realização da reserva de lucros a realizar	0	0	-4.643	4.643	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.162.626	2.202.947	1.137.869	378.226	0	4.881.668	0	4.881.668

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	810.315	1.776.445
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	792.633	1.772.027
7.01.02	Outras Receitas	17.682	4.418
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-855.955	-342.678
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-31.267	-25.587
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-308.433	-317.091
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-516.255	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-45.640	1.433.767
7.04	Retenções	-5.475	-3.495
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.475	-3.495
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-51.115	1.430.272
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	302.785	133.091
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	53.750	46.620
7.06.02	Receitas Financeiras	249.035	86.471
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	251.670	1.563.363
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	251.670	1.563.363
7.08.01	Pessoal	175.968	150.629
7.08.01.01	Remuneração Direta	129.130	114.314
7.08.01.02	Benefícios	34.739	28.311
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.099	8.004
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.062	513.612
7.08.02.01	Federais	-6.635	499.187
7.08.02.02	Estaduais	262	383
7.08.02.03	Municipais	14.435	14.042
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	194.503	251.515
7.08.03.01	Juros	183.793	240.607
7.08.03.02	Aluguéis	10.710	10.908
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-126.863	647.607
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	127.900
7.08.04.02	Dividendos	0	147.382
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-126.863	372.325

Comentário do Desempenho

Análise do resultado consolidado do trimestre findo em 30 de setembro de 2013 (não revisado):

	Em milhares de reais				
	2013	%	2012	%	Variação 2013/2012
Receita operacional líquida	288.043	100,0	586.800	100,0	(50,9)
Custo dos Serviços de Construção e de Operação e Manutenção	(149.480)	51,9	(142.040)	24,2	5,2
Lucro Bruto	138.563	48,1	444.760	75,8	(68,9)
Despesas operacionais líquidas	(558.980)	194,1	(41.228)	7,0	1.255,8
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.255	3,2	20.621	3,5	(55,1)
Resultado financeiro	13.343	4,6	(46.226)	7,9	(128,9)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(397.819)	138,1	377.927	64,4	(205,3)
Imposto de renda e contribuição social	152.539	53,0	(136.597)	23,3	(211,7)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(245.280)	85,2	241.330	41,1	(201,6)

O **lucro bruto** consolidado apresentou redução de 68,9% no 3T13, em comparação ao 3T12, conforme detalhado a seguir:

A **receita operacional líquida** que teve uma redução de 50,9% no 3T13, é composta por variação de (i) aumento de 50,1% das receitas de construção, (ii) aumento de 3,0% das receitas de operação e manutenção; (iii) redução de 73,7% das receitas financeiras, e (iv) redução de 52,3% de deduções da receita operacional.

- (i) As **receitas de construção** totalizaram R\$62.917 mil no 3T13, comparada com R\$41.923 mil no 3T12, devido, principalmente, a reforço no banco de transformadores para modernização do sistema de algumas subestações da CTEEP.
- (ii) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$125.449 mil no 3T13, comparada com R\$121.804 no 3T12, refletindo a variação positiva do IGPM/IPCA do ciclo da Receita Anual Permitida (RAP) de 2012/2013 para 2013/2014.
- (iii) As **receitas financeiras**, oriundas dos contratos de concessão, somaram R\$129.498 mil no 3T13, comparada com R\$491.480 mil no 3T12, refletindo a variação do fluxo financeiro previsto para a realização dos valores de construção e indenização. Com a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001, o ativo financeiro representa em 30 de setembro de 2013, somente os investimentos realizados e não contemplados na reversão prevista na Lei nº 12.783/2013.
- (iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R\$35.288 mil no 3T13 e R\$74.042 mil no 3T12, devido: (i) redução de 24,3% de tributos sobre a receita, que acompanha a variação na receita e a alteração da proporção da receita tributada pelo regime cumulativo e não cumulativo de PIS e COFINS; (ii) redução de 79,0% de encargos regulatórios, que acompanha a redução da receita e a extinção do pagamento, na competência 2013, dos encargos RGR e CCC, conforme Lei nº 12.783/2013.

Os **custos de construção e de operação e manutenção**, que no 3T13 é composto por 38,3% de custo de construção e 61,7% de custo de operação e manutenção (no 3T12 26,1% e 73,9%, respectivamente), tiveram aumento de 5,2%, com R\$149.480 mil no 3T13 frente aos R\$142.040 mil no 3T12. Essa variação decorre, substancialmente, do acréscimo dos custos de materiais e serviços de terceiros, que acompanham a variação da receita de construção.

Comentário do Desempenho

As **despesas operacionais líquidas** tiveram acréscimo significativo alcançando R\$558.980 mil no 3T13 comparada com R\$41.228 mil no 3T12, devido ao reconhecimento de provisão para perdas sobre a realização dos valores a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ) no montante de R\$516.255. Em função dos fatos novos ocorridos durante 2013, conforme nota 8, a administração da CTEEP revisou os montantes a receber referentes a Lei 4.819/58 e registrou a provisão correspondente as parcelas ainda não contempladas como sendo de responsabilidade exclusiva da SEFAZ.

O **resultado financeiro** atingiu receita de R\$13.343 mil no 3T13 em relação a despesa de R\$46.226 mil no 3T12 devido a: (i) receitas de variação monetária e de juros ativos no montante de R\$21.570 mil no 3T13, referentes à atualização pelo IPCA + WACC do contas a receber por reversão, conforme Portaria Interministerial nº 580; (ii) rendimento de aplicações financeiras em fundos de investimentos no montante de R\$27.330; e (iii) redução dos juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos.

A rubrica de **imposto de renda e contribuição social** teve variação significativa somando crédito de R\$152.539 no 3T13 contra despesa de R\$136.597 no 3T12, que deve-se, basicamente, a: (i) constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo referente a provisão para perdas sobre a realização dos valores a receber da SEFAZ; e (ii) a redução da despesa de imposto de renda e contribuição social em função do patamar atual de lucro da Companhia após a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o **prejuízo líquido** do 3T13 totalizou R\$245.280 mil, montante 201,6% inferior quando comparado ao lucro de R\$241.330 mil no 3T12.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível, sendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”), tendo iniciado suas operações comerciais em 01 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EPTE”), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006 o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário, alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006, com a consequente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital”), sociedade brasileira controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”), sediada na Colômbia, constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Adicionalmente, a CTEEP possui programa de “American Depositary Receipts - ADRs” - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

Em setembro de 2002, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 1, da BM&FBovespa. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia tem suas ações preferenciais incluídas no Índice Ibovespa da BM&FBovespa e também integra o Índice de Governança Corporativa – IGC e o Índice de Energia Elétrica – IEE.

Notas Explicativas

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em degrau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001 (*)		30	31.12.42	5 anos	2018	Não	IPCA	524.952	06/13
CTEEP	143/2001		30	20.12.31	n/a	n/a	Sim	IGPM	17.104	06/13
IEMG	004/2007	100	30	23.04.37	5 anos	2017	Sim	IPCA	14.636	06/13
Pinheiros	012/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	9.003	06/13
Pinheiros	015/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	17.874	06/13
Pinheiros	018/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	3.543	06/13
Pinheiros	021/2011	100	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	4.886	06/13
Serra do Japi	026/2009	100	30	18.11.39	5 anos	2015	Não	IPCA	29.340	06/13
Evrecy	020/2008	100	30	17.07.25	4 anos	2017	Não	IGPM	8.821	06/13
IENNE	001/2008	25	30	16.03.38	5 anos	2018	Não	IPCA	33.654	06/13
IESul	013/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	4.210	06/13
IESul	016/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	7.015	06/13
IEMadeira (**)	013/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	233.173	06/13
IEMadeira (**)	015/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	200.812	06/13
IEGaranhuns (**)	022/2011	51	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	76.521	06/13

(*) Em 04 de dezembro de 2012, foi assinado aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, que entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2013, alterando seu vencimento de 07 de julho de 2015 para 31 de dezembro de 2042 e reduziu a Receita Anual Permitida (RAP), que passou a considerar apenas operação e manutenção da infraestrutura.

(**) As controladas IEMadeira (lote F) e IEGaranhuns estão em fase pré-operacional.

Todos os contratos de concessão acima prevêem o direito de reversão sobre os ativos relacionados à concessão no término de sua vigência.

Lei nº 12.783/2013

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (MP 579) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes a publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela reversão dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Notas Explicativas

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia, publicou a:

- (i) Portaria Interministerial nº 580, na qual foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000 (NI), referenciados a preços de outubro de 2012 para as concessões de transmissão de energia elétrica, sendo o valor de R\$2.891.291 referente ao contrato de concessão nº 059/2001 (único contrato alcançado pela referida MP), conforme Anexo II da referida Portaria.
- (ii) Portaria Interministerial nº 579, na qual ficou definido o valor das RAP a partir de 01 de janeiro de 2013, na base do mês de outubro de 2012, no montante de R\$515.621 (líquido de PIS e COFINS) referente ao contrato de concessão nº 059/2001, conforme Anexo da referida Portaria.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 591 (MP 591) que alterou a MP 579 de maneira a autorizar o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 (SE), no prazo de trinta anos. A Companhia aguarda manifestação do Poder Concedente quanto a determinação do valor e forma de pagamento.

Em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 03 de dezembro de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001.

Em 04 de dezembro de 2012, foi assinado aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$2.891.291, referente ao NI, conforme Portaria Interministerial nº 580 da seguinte forma:

- 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizado pelo IPCA; Em 18 de janeiro de 2013 a Companhia recebeu o montante R\$1.477.987.
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação dessa Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 11 de janeiro de 2013 as MP's 579 e 591 foram convertidas em Lei nº 12.783/2013.

Em 04 de abril de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 612 que reduziu a zero a alíquota da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as reversões a que se refere a Lei no 12.783/2013.

Participação em consórcio

(i) Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN

Em 10 de junho de 2011, o consórcio Extremoz, constituído por CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (49%), arrematou, em sessão pública realizada na BM&FBovespa, o lote A do leilão ANEEL nº 001/2011, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Em 07 de julho do mesmo ano foi constituída a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., observando as mesmas participações, com o objetivo de explorar o serviço concedido.

Este projeto tem investimento estimado em R\$622,0 milhões e RAP de R\$31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A Companhia manifestou sua intenção de retirar-se do consórcio, que foi aceita pelos demais acionistas e a efetivação da retirada ocorrerá após a anuência da ANEEL.

Notas Explicativas

2 Apresentação das informações trimestrais

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As informações trimestrais individuais, identificadas como “Controladora”, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo nas demonstrações financeiras separadas.

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As informações trimestrais individuais e consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e IAS 34 (*Interim Financial Reporting*) emitida pelo IASB.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como volumes de energia, previsões ou estimativas, seguros, dentre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

As informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Plena e Conselho de Administração em 28 de outubro de 2013.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da controladora e de suas controladas, incluídas nas informações trimestrais consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2012. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.3 e 3, daquelas demonstrações financeiras, exceto quanto ao item 2.4, no que tange a adoção dos CPCs 19 (R2) e 36 (R3), que tiveram aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2013 e retrospectiva a partir de 01 de janeiro de 2012. Para detalhes sobre os impactos desses novos pronunciamentos vide nota explicativa 4.

Notas Explicativas

2.4 Procedimentos de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da CTEEP e de suas controladas.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		30.09.2013	31.12.2012
Controladas			
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	30.09.2013	100	100
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	30.09.2013	100	100
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	30.09.2013	100	100
Evrecy Participações Ltda. (Evrecy)	30.09.2013	100	100
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes	30.09.2013	100	-
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	30.09.2013	100	-

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações trimestrais consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

Não há participação de acionistas não controladores a serem destacados nas informações trimestrais consolidadas.

Com a adoção dos CPCs 19 (R2) e 36 (R3), que tiveram aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2013, os investimentos em controladas com controle em conjunto deixaram de ser consolidados proporcionalmente e passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as participações nas controladas em conjunto se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		30.09.2013	31.12.2012
Controladas em conjunto			
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	30.09.2013	25	25
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESul)	30.09.2013	50	50
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)	30.09.2013	51	51
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)	30.09.2013	51	51

Notas Explicativas

3 Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as informações sobre principais práticas contábeis, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais - ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras do exercício de 2012.

4 Normas e interpretações novas e revisadas

Conforme mencionado na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras do exercício de 2012, novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2013 ou posteriores.

Além daqueles pronunciamentos divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2012, a CVM aprovou os seguintes pronunciamentos técnicos do CPC:

- CPC 44 – Demonstrações combinadas - Deliberação CVM nº 708 de 02 de maio de 2013; e
- OCPC 06 – Apresentação de Informações Financeiras *pro forma* – Deliberação CVM nº 709 de 02 de maio de 2013.

A Companhia e suas controladas estão avaliando os possíveis impactos da adoção desses pronunciamentos.

Conforme também mencionado na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras do exercício de 2012, a adoção do CPC 19 (R2) e 36 (R3) requer que a Companhia rerepresente os saldos consolidados comparativos de 2012 (período mais antigo apresentado) e o impacto nos saldos apresentados em 2012 são:

	Consolidado		
	Saldos apresentados em 31.12.2012	Impacto da adoção dos CPC's 19 (R2) e 36 (R3)	Saldos 31.12.2012 - reapresentado
Balanco Patrimonial			
Ativo circulante	3.160.189	(209.505)	2.950.684
Investimentos	-	767.553	767.553
Ativo não circulante (exceto investimentos)	6.676.386	(2.023.704)	4.652.682
Ativo total	9.836.575	(1.465.656)	8.370.919
Passivo circulante	1.656.421	(231.857)	1.424.564
Passivo não circulante	3.101.924	(1.233.799)	1.868.125
Patrimônio líquido	5.078.230	-	5.078.230
Passivo e patrimônio líquido	9.836.575	(1.465.656)	8.370.919
Demonstração do Resultado do período de nove meses			
	Saldos apresentados em 30.09.2012	Impacto da adoção dos CPC's 19 (R2) e 36 (R3)	Saldos 30.09.2012 - reapresentado
Receita operacional líquida	2.115.697	(553.850)	1.561.847
Custo dos serviços de construção, operação e manutenção	(848.133)	428.754	(419.379)
(Despesas) receitas operacionais, líquidas (exceto Resultado de Equivalência Patrimonial)	(137.875)	6.174	(131.701)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	46.620	46.620
Resultado financeiro	(202.083)	47.767	(154.316)
Imposto de renda e contribuição social	(279.999)	24.535	(255.464)
Lucro líquido do período	647.607	-	647.607

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado do Trimestre	Saldos apresentados em 30.09.2012	Impacto da adoção dos CPC's 19 (R2) e 36 (R3)	Saldos 30.09.2012 - reapresentado
Receita operacional líquida	806.094	(219.294)	586.800
Custo dos serviços de construção, operação e manutenção	(314.806)	172.766	(142.040)
(Despesas) receitas operacionais, líquidas (exceto Resultado de Equivalência Patrimonial)	(39.367)	(1.861)	(41.228)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	20.621	20.621
Resultado financeiro	(62.879)	16.653	(46.226)
Imposto de renda e contribuição social	(147.712)	11.115	(136.597)
Lucro líquido do período	241.330	-	241.330

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Saldos apresentados em 30.09.2012	Impacto da adoção dos CPC's 19 (R2) e 36 (R3)	Saldos 30.09.2012 - reapresentado
Atividades operacionais (exceto Resultado de Equivalência Patrimonial)	203.798	456.344	660.142
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(46.620)	(46.620)
Atividades de investimento	(7.366)	(143.296)	(150.662)
Atividades de financiamento	76.128	(259.024)	(182.896)
Varição em caixa e equivalentes de caixa	272.560	7.404	279.964

Demonstração do Valor Adicionado	Saldos apresentados em 30.09.2012	Impacto da adoção dos CPC's 19 (R2) e 36 (R3)	Saldos 30.09.2012 - reapresentado
Valor adicionado bruto	1.613.157	(179.390)	1.433.767
Valor adicionado líquido	1.609.640	(179.368)	1.430.272
Valor adicionado recebido em transferência	94.841	38.250	133.091
Valor adicionado a distribuir	1.704.481	(141.118)	1.563.363
Distribuição do valor adicionado	1.332.156	(141.118)	1.191.038
Lucros retidos	372.325	-	372.325

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Caixa e bancos	693	636	1.129	3.502
Equivalentes de caixa (i)	698	295.850	3.640	306.101
	1.391	296.486	4.769	309.603

Notas Explicativas

(i) A composição dos equivalentes de caixa é como segue:

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
CDB	96,5% a 100,0%	698	908	3.301	11.159
Compromissada (*)	75,0% a 102,6%	-	294.942	339	294.942
		698	295.850	3.640	306.101

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 31 (c).

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

6 Aplicações financeiras

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Fundos de investimentos	105,0%	1.218.313	-	1.239.384	-
		1.218.313	-	1.239.384	-

A Companhia e suas controladas concentraram as suas aplicações financeiras em fundos de investimentos. Referem-se a quotas de fundo de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos.

Os fundos de investimentos são:

Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia e suas subsidiárias integrais, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Rubi, o qual, por sua vez, possui carteira composta pelos seguintes ativos: aplicações em depósitos à vista, títulos públicos federais e operações compromissadas em títulos públicos federais. Possui liquidez diária, independentemente dos ativos que constituem o Fundo Rubi, conforme estipulado no regulamento do Fundo Bandeirantes.

Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia e suas subsidiárias integrais, administrado pelo Banco Itaú e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Corp Referenciado DI, o qual, por sua vez, possui carteira composta pelos seguintes ativos: títulos públicos federais e operações compromissadas em títulos públicos federais. Possui liquidez diária, independentemente dos ativos que constituem o Fundo Corp, conforme estipulado no regulamento do Fundo Xavantes.

Notas Explicativas

7 Contas a receber (ativo de concessão)

As contas a receber estão compostas como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
O&M				
Contas a receber serviços de O&M (a)	67.086	260.325	77.956	267.409
	67.086	260.325	77.956	267.409
Ativo financeiro				
Contas a receber serviços de construção (b)	471.855	301.784	1.291.471	1.050.085
Contas a receber por reversão (c)	1.526	1.105	68.078	54.976
	473.381	302.889	1.359.549	1.105.061
Ativo reversível - Lei nº 12.783				
Contas a receber Lei nº 12.783 (SE/Ni) (d)	4.070.420	5.975.426	4.070.420	5.975.426
Provisão para redução ao valor de custo (d)	(1.535.319)	(1.535.319)	(1.535.319)	(1.535.319)
	2.535.101	4.440.107	2.535.101	4.440.107
	3.075.568	5.003.321	3.972.606	5.812.577
Circulante	716.699	2.356.600	789.308	2.425.203
Não circulante	2.358.869	2.646.721	3.183.298	3.387.374

- (a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.
- (b) Valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Companhia e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.
- (c) Contas a receber por reversão – refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Companhia e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.
- (d) Contas a receber Lei nº 12.783 – refere-se ao valor a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE:

- A reversão das instalações referente ao NI corresponde ao montante de R\$2.949.121, sendo R\$2.891.291 referente ao VNR apurado e R\$57.830 referente à remuneração pelo IPCA + WACC de 5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes estão sendo recebidos em 31 parcelas mensais até 07 de julho de 2015 (nota 1.2).
- A reversão das instalações referente ao SE, ainda não divulgada pelo Poder Concedente, corresponde ao valor estimado dos investimentos pelo Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012, que com base em laudo de avaliação independente, totaliza R\$3.026.305. A Companhia entende ter direito ao recebimento do valor apurado no referido laudo, entretanto, constituiu provisão para redução ao valor do custo de construção dessa infraestrutura, tendo em vista orientação da ANEEL conforme despacho nº 155 de 23 de janeiro de 2013 que indica a manutenção do mesmo até a sua homologação pelo órgão regulador.

Notas Explicativas

As contas a receber, líquido de provisão, estão assim distribuídas por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
A vencer	3.047.326	4.973.943	3.943.235	5.783.007
Vencidos				
até 30 dias	62	264	75	280
de 31 a 60 dias	107	138	113	151
de 61 a 360 dias	789	3.768	1.899	3.931
há mais de 361 dias (i)	27.284	25.208	27.284	25.208
	28.242	29.378	29.371	29.570
	3.075.568	5.003.321	3.972.606	5.812.577

(i) Alguns agentes do sistema questionaram judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, são efetivados depósitos judiciais por estes agentes dos valores considerados devidos. A Companhia acredita que os valores faturados estão de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Companhia não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Companhia e, portanto, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do contas a receber é como segue:

	Controladora	Consolidado
		Reapresentado
Saldos em 31.12.2012	5.003.321	5.812.577
Receita de construção (nota 25.1)	110.008	148.755
Receita financeira (nota 25.1)	114.781	203.998
Receita de operação e manutenção (nota 25.1)	406.383	424.372
Atualização do contas a receber reversão IPCA/WACC	115.172	115.172
Recebimentos contas a receber de reversão NI	(2.020.188)	(2.020.188)
Recebimentos	(653.909)	(712.080)
Saldos em 30.09.2013	3.075.568	3.972.606

Notas Explicativas

8 Valores a receber – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

	Controladora e consolidado	
	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58 (a)	887.948	793.443
Processos trabalhistas – Lei 4.819/58 (b)	216.514	193.043
Provisão para perdas sobre realização de créditos (c)	(516.255)	-
Salário-família – Lei 4.819/58 (d)	2.218	2.218
Provisão para perdas sobre realização de créditos – Salário-família (d)	(2.218)	(2.218)
	588.207	986.486

- (a) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a setembro de 2013 (nota 34). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam definidos todos os critérios com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP). O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão da ação da 49ª Vara do Trabalho na qual a CTEEP, na condição de parte citada, repassa os recursos mensalmente à Fundação CESP para processamento do pagamento aos aposentados.
- (b) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela CTEEP, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam definidos todos os critérios com a SEFAZ-SP.
- (c) Em função dos fatos novos ocorridos durante 2013, principalmente: (i) alteração na expectativa de tempo de realização de parte dos ativos, por conta da extinção sem julgamento de mérito da ação de cobrança dos valores devidos pelo Governo do Estado de São Paulo, bem como os demais movimentos processuais ocorridos, conforme descrito na Nota 34; (ii) o reconhecimento da Justiça Comum como sendo a instância competente para discutir o tema em questão, com base no precedente do Supremo Tribunal Federal, descrito na Nota 34, e (iii) o andamento jurídico dos demais processos relativos à Lei 4.819/58, como, por exemplo, o reconhecimento da efetivação de repasses à CTEEP, por parte da SEFAZ-SP, de valores que vinham sendo glosados até abril de 2013, conforme descrito na Nota 34; a Administração da CTEEP revisou os montantes a receber referentes a Lei 4.819/58 e registrou provisão para perdas sobre a realização de créditos para parte dos valores a receber, correspondente às parcelas não reconhecidas, como de responsabilidade exclusiva da SEFAZ-SP descritas no item (iii).
- (d) A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à CTEEP quando da cisão parcial da CESP. Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para perdas, no montante de R\$2.218.

Notas Explicativas

9 Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Imposto de renda retido na fonte	9.025	9.761	10.685	11.205
Contribuição social retido na fonte	212	1.085	659	1.319
COFINS	446	860	988	1.174
PIS	52	141	169	210
Outros	73	27	164	266
	9.808	11.874	12.665	14.174

10 Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração dos contratos de concessão nº 059/2001 e 143/2001 e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) de sua incorporadora e Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 24 (c)), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos.

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$689.435, será amortizado substancialmente até julho de 2015, em parcelas mensais, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

Ano	Amortização - % a.a.		
	Contrato de concessão		
	059/2001	143/2001	Total
2008 a 2012	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031	-	0,25	0,25

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas informações trimestrais, o valor líquido de R\$67.832 (R\$90.247 em 31 de dezembro de 2012), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Notas Explicativas

A movimentação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 é a seguinte:

	Controladora e consolidado		
	Ágio	Provisão	Líquido
Saldos em 31.12.2012	265.434	(175.187)	90.247
Realização no período	(65.927)	43.512	(22.415)
Saldos em 30.09.2013	199.507	(131.675)	67.832

A amortização está registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica outras receitas (despesas), líquidas (nota 28).

11 Cauções e depósitos vinculados

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Depósitos judiciais		
Trabalhistas (nota 21 (a) (i))	65.845	65.497
Previdenciárias – INSS (nota 21 (a) (iii))	1.226	1.226
Autuações – ANEEL (a)	9.545	7.827
Outros	-	140
	76.616	74.690

(a) Referem-se a depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL:

- (i) Depósito efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$3.040, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Companhia contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Companhia sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; não cumprir as determinações do “relatório de fiscalização”; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado.
- (ii) Depósito efetuado em 29 de agosto de 2008, no valor de R\$2.139, com o objetivo de anular a autuação nº 062/2007 referente ao não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizado pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004.
- (iii) Depósito efetuado em 17 de setembro de 2008, no valor de R\$544, com o objetivo de anular a autuação nº 001/2008 referente ao não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da linha de transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizada pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005.

Notas Explicativas

- (iv) Depósito efetuado em 18 de abril de 2011, no valor de R\$353, com o objetivo de anular a autuação nº 022/10 que impôs multa à Companhia devido à fato ocorrido em 01 de abril de 2009, no setor de 88kV da SE Baixada Santista, consistente em um desligamento automático do banco de transformadores devido ao sobreaquecimento provocado pelo sistema de resfriamento da subestação que teria ocorrido por culpa da Companhia.
- (v) Depósito efetuado em 08 de março de 2012, no valor de R\$268, com o objetivo de anular a autuação nº 054/11, que refere-se ao descumprimento dos índices de indisponibilidade do sistema (função transmissão dos ativos da CTEEP, que ficaram indisponíveis, sem justificativa, por mais de um minuto).
- (vi) Depósito efetuado em 01 de julho de 2012, no valor de R\$1.483, com o objetivo de anular a autuação nº 065/11, que refere-se a perturbação ocorrida em 08 de fevereiro de 2011 na subestação Bandeirantes.
- (vii) Depósito efetuado em 28 de junho de 2013, no valor de R\$468, com o objetivo de anular o Auto de Infração nº 122/12 que impôs multa à Companhia por suposto descumprimento dos limites do Padrão de Frequência de Outros Desligamentos das instalações da Companhia, no ciclo 2010/2011, nos termos do disposto no Art. 32 da Resolução ANEEL nº 270 de 26 de junho de 2007.
- (viii) Depósito efetuado em 28 de junho de 2013, no valor de R\$1.250, com o objetivo de anular o Auto de Infração nº 082/12 que impôs multa à Companhia devido a desligamento ocorrido em 28 de julho de 2008, na SE Milton Fornasaro, 88 kV.

Notas Explicativas

12 Investimentos	(a) Informações sobre investimentos em controladas e controladas em conjunto	Data base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado - %	Capital		Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receita bruta	Lucro (prejuízo) líquido
					integralizado	líquido					
IEMG	30.09.2013	81.855.292	100,0	81.855	172.548	64.582	107.966	15.426	4.547		
	31.12.2012	78.855.292	100,0	78.855	168.456	68.037	100.419	1.917	2.534		
Pinheiros	30.09.2013	269.360.000	100,0	269.360	541.269	231.533	309.736	76.353	17.022		
	31.12.2012	236.760.000	100,0	236.760	456.106	195.992	260.114	72.796	13.319		
Serra do Japi	30.09.2013	86.748.000	100,0	86.748	245.120	107.725	137.395	41.405	27.845		
	31.12.2012	86.748.000	100,0	86.748	221.521	111.971	109.550	43.825	18.070		
Evtrecy	30.09.2013	21.512.367	100,0	21.512	41.634	5.614	36.020	12.769	4.126		
	31.12.2012	21.512.367	100,0	21.512	33.141	621	32.520	326	246		
IENNE	30.09.2013	81.821.000	25,0	327.284	658.304	311.948	346.356	4.591	(38.938)		
	31.12.2012	81.821.000	25,0	327.284	732.536	347.242	385.294	60.365	16.365		
IESul	30.09.2013	85.478.499	50,0	170.957	259.682	77.731	181.951	44.112	2.806		
	31.12.2012	74.128.499	50,0	148.257	211.043	54.598	156.445	48.410	1.371		
IEMadeira	30.09.2013	617.610.000	51,0	1.211.000	4.514.413	3.009.089	1.505.324	946.660	118.109		
	31.12.2012	487.560.000	51,0	956.000	3.713.977	2.581.762	1.132.215	1.610.444	115.855		
IEGaranhuns	30.09.2013	53.550.000	51,0	105.000	356.550	247.388	109.162	270.861	3.620		
	31.12.2012	15.300.510	51,0	30.001	99.197	68.654	30.543	54.766	542		

Notas Explicativas

(i) Controladas

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)

A IEMG foi constituída em 13 de dezembro de 2006, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular a linha de transmissão em 500 kV Neves 1 – Mesquita (Minas Gerais), totalizando 172 km (Contrato de concessão nº 004/2007 – nota 1.2).

Em 2009, a IEMG recebeu autorização para operar comercialmente.

Em correspondência datada de 06 de agosto de 2010, a Cymi Holding S.A. notificou à CTEEP sua intenção em alienar, a um terceiro, pelo preço de R\$14.531 mil, sua participação correspondente a 40% do capital social da IEMG. Em reunião do Conselho de Administração da CTEEP realizada em 06 de setembro de 2010, foi aprovado o exercício do direito de preferência na compra de 40% das ações do capital social da IEMG detidos pela Cymi Holding S.A., nos termos e condições da oferta feita por terceiro.

Após o cumprimento de todas as condições suspensivas, em 03 de fevereiro de 2011, a CTEEP pagou, à vista, pela aquisição da participação na IEMG o valor de R\$15.283, correspondente ao preço ofertado atualizado monetariamente, apurando uma perda de R\$28.490, conforme divulgado na nota explicativa 11 (a), nas demonstrações financeiras do exercício de 2011. Como resultado dessa operação o saldo do investimento da Companhia na IEMG na data da transação passou a ser o valor justo, ou seja, R\$38.206, diferenciando-se do valor contábil do patrimônio líquido da IEMG.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)

A Pinheiros foi constituída em 22 de julho de 2008, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 e Lote K do Leilão nº 004/2011 da ANEEL.

As subestações de Araras, Getulina e Mirassol (Lote H) entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente. A subestação Piratininga II (Lote E) entrou em operação em 26 de dezembro de 2011. A subestação Atibaia II (Lote K do leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013.

A subestação Itapeti (lote K do leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)

A Serra do Japi foi constituída em 01 de julho de 2009, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as subestações Jandira e Salto arrematadas no Lote I do Leilão nº 001/2009 da ANEEL (Contrato de concessão nº 026/2009 – nota 1.2).

Em 2012, a Serra do Japi iniciou sua operação comercial (subestação Salto em janeiro de 2012 e subestação Jandira em março de 2012).

Evrecy Participações Ltda. (“Evrecy”)

Em 28 de maio de 2012, foi assinado contrato de compra e venda de cotas e outras avenças entre a Companhia e a EDP Energias do Brasil S.A (“EDP”) para aquisição de 100% das ações do capital social da Evrecy Participações Ltda. (“Evrecy”).

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em agosto de 2012 através do Ato de Concentração nº 08012.006560/2012-92 e pela ANEEL em 11 de dezembro de 2012, através da Resolução Autorizativa nº 3.788.

Notas Explicativas

Em 21 de dezembro de 2012, foi celebrado o termo definitivo de fechamento.

A Companhia pagou à EDP pela aquisição o valor de R\$5,8 milhões a título de adiantamento em 28 de maio de 2012, R\$57,3 milhões em 21 de dezembro de 2012 e R\$0,07 milhões em 26 de junho de 2013. O pagamento realizado em 21 de dezembro de 2012 refere-se ao preço inicial deduzido do adiantamento, corrigido pela variação da taxa equivalente à taxa DI, calculado pro rata temporis, no período entre a data base até o último dia útil imediatamente anterior à data de fechamento. O pagamento realizado em 26 de junho de 2013 refere-se ao Ajuste Final do Preço de Fechamento, que é o delta do Capital Circulante Líquido em relação à data de avaliação e a data do fechamento.

A Evrecy é uma empresa prestadora de serviços de transmissão de energia elétrica, cuja origem se deu a partir da cisão de ativos de geração e transmissão da Espírito Santo Centrais Elétricas – Escelsa em 2005, sendo detentora de 154 km de linhas de transmissão e de uma subestação, entre os estados de Espírito Santo e Minas Gerais. A RAP é de R\$8,8 milhões. O vencimento do contrato de concessão é em 17 de julho de 2025.

O custo de aquisição foi alocado entre os ativos adquiridos e passivos assumidos mensurados a valor justo, sendo que para o valor justo foi considerado, ativo financeiro que não estava adequadamente reconhecido nos livros da adquirida.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e apuração do ágio foram definidos conforme laudo elaborado por consultoria independente durante o terceiro trimestre de 2013. O ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura é de R\$31.337.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis, de acordo com laudo, adquiridos da Evrecy são os seguintes:

	Contábil em 21.12.2012	Ajustes valor justo	Valor justo dos ativos líquidos
Caixa e equivalentes de caixa	7.982	-	7.982
Contas a receber (ativo de concessão)	22.206	2.941	25.147
Outros ativos	1.200	-	1.200
Ativo	31.388	2.941	34.329
Fornecedores	976	-	976
Tributos e encargos sociais a recolher	283	-	283
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.000	1.000
Outros passivos	176	-	176
Passivo	1.435	1.000	2.435
Patrimônio líquido	29.953	1.941	31.894
(-) Valor total pago			63.231
Valor do ágio apurado			31.337

Notas Explicativas

(ii) Controladas em conjunto

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)

A IENNE foi constituída em 03 de dezembro de 2007 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão Colinas (Tocantins) – Ribeiro Gonçalves (Piauí) e Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí (Piauí), ambas em 500 kV, totalizando 720 km (Contrato de concessão nº 001/2008 – nota 1.2).

Em 2011, a IENNE recebeu autorização e iniciou a sua operação comercialmente.

Interligação Elétrica Sul S.A. (IESul)

A IESul foi constituída em 23 de julho de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes F e I do Leilão nº 004/2008 da ANEEL:

Lote	Composição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
F	Linha de transmissão Nova Santa Rita – Scharlau (RS) Subestação Scharlau (RS)	230 230/138	013/2008
I	Linha de transmissão Joinville Norte (SC) – Curitiba C2 (PR) Linha de transmissão Jorge Lacerda B – Siderópolis C3 (SC) Subestação Forquilha (SC)	230 230 230/69	016/2008

Esse projeto tem investimento estimado em R\$222,7 milhões e RAP de R\$ 11,2 milhões (nota 1.2). A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010. A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto de 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 1º trimestre de 2014.

Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)

A IEMadeira foi constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL:

Lote	Descrição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
D	Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, nº 01, Em CC, 2375 Km	500/600	013/2009
F	Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW	500/600	015/2009

Esse projeto tem investimento estimado em R\$3.883,5 milhões e RAP de R\$433,9 milhões (nota 1.2). A linha de transmissão Porto Velho – Araraquara entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013. A entrada em operação das estações retificadora e inversora está prevista para ocorrer em abril de 2014 .

Notas Explicativas

Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)

A IEGaranhuns foi constituída em 07 de outubro de 2011 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas no Lote L do Leilão nº 004/2011 da ANEEL:

Lote	Descrição	Tensão (kV)	Contrato de concessão (nota 1.2)
L	Linha de transmissão Luiz Gonzaga – Garanhuns (AL, PE)	500	022/2011
	Linha de transmissão Garanhuns – Pau Ferro (PE)	500	
	Linha de transmissão Garanhuns – Campina Grande III (PE, PB)	500	
	Linha de transmissão Garanhuns – Angelim I (PE)	500	
	Subestação Garanhuns (PE)	500/230	
	Subestação Pau Ferro (PE)	500	

Este projeto tem investimento estimado em R\$721,9 milhões e RAP de R\$76,5 milhões (nota 1.2). A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para o 2º trimestre de 2014.

(b) Movimentação dos investimentos

	Controladora				
	Saldos em 31.12.2012	Integralização de capital	Equivalência Patrimonial	Realização da perda na aquisição de controle	Saldos em 30.09.2013
IEMG	57.819	3.000	4.547	1.816	67.182
Pinheiros	260.114	32.600	17.022	-	309.736
Serra do Japi	109.550	-	27.845	-	137.395
Evrecy	63.164	67	4.126	-	67.357
IENNE	96.324	-	(9.735)	-	86.589
IESul	78.222	11.350	1.403	-	90.975
IEMadeira	577.430	130.050	60.235	-	767.715
IEGaranhuns	15.577	38.249	1.847	-	55.673
	1.258.200	215.316	107.290	1.816	1.582.622

	Consolidado			
	Saldos em 31.12.2012	Integralização de capital	Equivalência Patrimonial	Saldos em 30.09.2013
IENNE	96.324	-	(9.735)	86.589
IESul	78.222	11.350	1.403	90.975
IEMadeira	577.430	130.050	60.235	767.715
IEGaranhuns	15.577	38.249	1.847	55.673
	767.553	179.649	53.750	1.000.952

Notas Explicativas**13 Imobilizado**

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

Controladora e consolidado					
			30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012	Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada		Líquido	-%
Terrenos	2.060	-	2.060	-	-
Máquinas e equipamentos	2.637	(1.625)	1.012	888	6,25%
Móveis e utensílios	6.764	(4.592)	2.172	2.323	6,25%
Equipamentos de informática	7.209	(2.638)	4.571	4.787	24,8% (*)
Veículos	799	(572)	227	321	21,0%
Outros	982	(930)	52	56	4,0%
	20.451	(10.357)	10.094	8.375	

(*) Inclui leasing de equipamento de informática com taxa de depreciação de 33,3%.

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Reapresentado Saldos em 31.12.2012	Adições	Depreciação	Baixas	Saldos em 30.09.2013
Terrenos	-	2.060	-	-	2.060
Máquinas e equipamentos	888	212	(87)	(1)	1.012
Móveis e utensílios	2.323	82	(232)	(1)	2.172
Equipamentos de informática	4.787	1.202	(1.407)	(11)	4.571
Veículos	321	-	(94)	-	227
Outros	56	-	(4)	-	52
	8.375	3.556	(1.824)	(13)	10.094

Notas Explicativas

14 Intangível

Nas demonstrações financeiras individuais refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o montante de R\$31.337 refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada Evrecy, apurado conforme laudo elaborado por consultoria independente (nota 12).

A movimentação do intangível, é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Reapresentado Consolidado</u>
Saldo em 31.12.2012	10.974	42.290
Adições	2.914	5.614
Amortização	(3.651)	(3.651)
Saldo em 30.09.2013	10.237	44.253

Notas Explicativas

15 Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Moeda nacional	Encargos	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
			30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
BNDES (a) (i)	TJLP + 2,3% a.a.	15.06.2015	164.574	234.681	164.574	234.681
BNDES (a) (ii)	TJLP + 1,8% a.a.	15.06.2015	98.574	140.798	98.574	140.798
BNDES (a) (iii)	TJLP + 2,4% a.a.	15.04.2023	-	-	48.692	52.513
BNDES (a) (iv)	TJLP + 2,6% a.a.	15.05.2026	-	-	45.381	47.758
BNDES (a) (v)	5,5% a.a.	15.01.2021	-	-	73.720	80.152
BNDES (a) (vi)	TJLP + 1,9% a.a.	15.05.2026	-	-	47.003	49.801
BNDES (a) (vii)	TJLP + 1,5% a.a.	15.05.2026	-	-	40.624	43.038
BNDES (a) (viii)	TJLP + 2,1% a.a.	15.02.2028	-	-	7.166	-
BNDES (a) (ix)	3,5% a.a.	15.04.2023	-	-	14.413	-
Notas Promissórias 6ª emissão (b)	104,9% CDI a.a.	05.01.2013	-	433.873	-	433.873
Eletrobras	8,0% a.a.	15.11.2021	302	340	302	340
Arrendamentos mercantis financeiros			3.784	5.048	3.784	5.048
Total em moeda nacional			267.234	814.740	544.233	1.088.002
Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)						
CCB Internacional - Banco IBBA (c) (i)	Variação US\$ + 4% a.a.	26.04.2013	-	132.309	-	132.309
Commercial Paper - Banco JP Morgan (c) (ii)	Variação US\$ + 2,1% a.a.	21.10.2013	195.368	177.318	195.368	177.318
Total em moeda estrangeira			195.368	309.627	195.368	309.627
Total em moeda nacional e estrangeira			462.602	1.124.367	739.601	1.397.629
Circulante			348.729	897.563	388.135	936.545
Não circulante			113.873	226.804	351.466	461.084

Notas Explicativas

(a) BNDES

- (i) Em 17 de setembro de 2007, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$764,2 milhões, reduzido para R\$601,7 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008, com amortização a partir de janeiro de 2009 em 78 parcelas mensais. Como garantia, a Companhia ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, com os bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurado anualmente.
- (ii) Em 18 de novembro de 2008, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$329,1 milhões, com amortização a partir de janeiro de 2011 em 54 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Como garantia, a Companhia ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 com os bancos Bradesco e Santander, ao custo de 1,2% a.a e 0,6% a.a respectivamente, com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida líquida/EBITDA Ajustado $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurado anualmente.
- (iii) Em 14 de janeiro de 2009, a controlada IEMG assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita, com amortização a partir de 15 de maio 2009, em 168 parcelas mensais. A fiança bancária foi dispensada pelo BNDES em 15 de março de 2011. A IEMG deverá manter, durante todo o período de amortização, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (iv) Em 30 de dezembro de 2010, a controlada Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$119,9 milhões. Foram liberados R\$91,3 milhões e R\$28,6 milhões em 28 de janeiro e 27 de abril de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão, com amortização em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011. A Pinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (v) Em 28 de outubro de 2011, a controlada Serra do Japi assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$93,3 milhões. Foram liberados R\$75,0, R\$15,0 e R\$3,3 milhões em 18 de novembro e 12 de dezembro de 2011 e 27 de fevereiro de 2012, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão, com amortização em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. A Serra do Japi deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 apurado anualmente.
- (vi) Em 13 de agosto de 2013, a controlada Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$23,5 milhões. Foi liberado R\$21,6 milhões em 12 de setembro de 2013 e o restante tem previsão de liberação no 4º trimestre de 2013. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão nº 021/2011, com amortização em até 168 parcelas mensais a partir de 15 de março de 2014.

Notas Explicativas

A Pinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.

(b) Notas promissórias

Em 11 de janeiro de 2012, a CTEEP concluiu a 6ª emissão de notas promissórias no montante de R\$400,0 milhões com liquidação em 07 de janeiro de 2013. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$479 mil e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação.

(c) Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)

(i) Em 20 de abril de 2011, a CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, no valor de USD 63.694.267,52 com a remuneração de variação cambial (VC) + 4% a.a. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de *Swap* com o Banco Itaú BBA com o *Notional* de R\$100,0 milhões e o fator de correção a 103,50% do CDI. A operação foi liquidada em 26 de abril de 2013, no valor de USD 63.694, correspondente a R\$128.146. Concomitantemente ocorreu a liquidação do *Swap* com o Itaú BBA de valor “notional” de R\$100.000. O resultado da operação foi um ajuste positivo líquido de R\$23.535.

(ii) Em 17 de outubro de 2011, a CTEEP assinou o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, no valor de USD 85.787.818,13 com vencimento em 21 de outubro de 2013 e remuneração de variação cambial (VC) + 2,1% a.a. Adicionalmente houve a contratação de *Swap* com o Banco JP Morgan e *Notional* no valor de R\$150,0 milhões e o fator de correção a 98,3% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 31 (a). A operação foi liquidada em 21 de outubro de 2013 (nota 35 (a)).

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas de longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
2014	37.672	150.775	44.246	174.977
2015	76.017	75.835	102.310	100.037
2016	46	43	26.340	24.245
2017	46	42	26.340	24.245
2018	40	42	26.333	24.245
2019 a 2023	52	67	100.529	91.143
2024 a 2029	-	-	25.368	22.192
	113.873	226.804	351.466	461.084

Notas Explicativas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31.12.2012	1.124.367	Reapresentado 1.397.629
Adições	200.000	221.639
Pagamentos de principal	(840.319)	(858.775)
Pagamentos de juros	(60.359)	(73.065)
Juros e variações monetárias e cambiais	38.913	52.173
Saldos em 30.09.2013	462.602	739.601

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora às controladas, em seus contratos de financiamento, conforme abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Participação na controlada</u>	<u>Banco</u>	<u>Modalidade dívida</u>	<u>Saldo devedor em 30.09.2013</u>	<u>Modalidade garantias</u>	<u>Saldo garantido pela CTEEP</u>	<u>Término da garantia</u>
IEMG	100%	BNDES	FINEM	48.692	Não há	48.692	15.03.2023
Serra do Japi	100%	BNDES	FINEM	87.627	Fiança bancária	87.627	15.08.2026
Pinheiros	100%	BNDES	FINEM e PSI	91.688	Fiança bancária	91.688	17.01.2014
Pinheiros	100%	BNDES	FINEM e PSI	28.437	Fiança bancária	28.437	28.02.2014
Pinheiros	100%	BNDES	FINEM e PSI	21.579	Fiança bancária	21.579	23.08.2015
IESul	50%	BNDES	FINEM e PSI	16.733	Fiança bancária	8.367	05.10.2014
IESul	50%	BNDES	PSI	21.624	Fiança bancária	10.812	10.08.2015
IENNE	25%	Banco do Nordeste	FNE	215.563	Fiança bancária	53.891	01.06.2014
IENNE	25%	Banco do Brasil	Conta garantida	16.380	Não há	4.095	05.11.2013
IEMadeira	51%	Banco da Amazônia	Cédula de crédito bancária	278.539	Fiança bancária	142.055	30.06.2016
IEMadeira	51%	BNDES	FINEM e PSI	1.758.761	Fiança bancária	896.968	30.06.2016
IEMadeira	51%	Itaú/BES	Debêntures de infraestrutura	364.755	Contra garantia	186.025	18.03.2025
IEGaranhuns	51%	HSBC	Debêntures	193.657	Contra garantia	98.765	15.04.2014

Há contra garantia da CTEEP nos contratos de fiança bancária e interveniência nos contratos de financiamento de BNDES, no limite de sua participação nas controladas.

Notas Explicativas

16 Debêntures

	Vencimento	Quan- tidade	Encargos	Controladora e consolidado	
				30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
1ª série	15.12.2014	49.100	CDI + 1,3% a.a.	334.233	325.959
2ª série	15.12.2017	5.760	IPCA + 8,1% a.a.	72.834	70.915
Série única CTEEP	02.07.2014	70.000	105,5% do CDI a.a.	769.705	726.476
				1.176.772	1.123.350
Circulante				961.246	166.667
Não circulante				215.526	956.683

Em dezembro de 2009, a CTEEP emitiu 54.860 debêntures no montante total de R\$548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010. A 1ª série tem amortizações nas seguintes datas: 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração é paga semestralmente, nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

A 2ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração é paga semestralmente nas seguintes datas: 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado \leq 3,0 e EBITDA Ajustado/Resultado financeiro $>$ 3,0, apurado trimestralmente.

Em julho de 2012, a CTEEP emitiu 70.000 debêntures em série única, no montante total de R\$700,0 milhões, com entrada do recurso em 04 de julho de 2012. A amortização dos juros e do principal será no vencimento, em 02 de julho de 2014. Não foram estabelecidos indicadores financeiros para este contrato.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas de longo prazo estão distribuídos como segue:

	<u>30.09.2013</u>	<u>Reapresentado 31.12.2012</u>
2014	162.174	905.509
2015	17.784	17.058
2016	17.784	17.058
2017	17.784	17.058
	<u>215.526</u>	<u>956.683</u>

A movimentação das debêntures é como segue:

Saldos em 31.12.2012 (reapresentado)	<u>1.123.350</u>
Pagamentos de juros	(37.944)
Juros e variações monetárias	<u>91.366</u>
Saldos em 30.09.2013	<u>1.176.772</u>

17 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>30.09.2013</u>	<u>Reapresentado 31.12.2012</u>
Imposto de renda	5.711	81.237	6.639	81.820
Contribuição social	2.240	30.165	2.654	30.419
COFINS	4.108	8.266	4.752	8.810
PIS	892	1.793	1.032	1.910
Programa bolsa estudos	68	166	68	166
INSS	4.642	5.478	4.962	5.743
ISS	2.382	2.778	2.571	3.135
Outros	3.203	6.550	3.411	7.049
	<u>23.246</u>	<u>136.433</u>	<u>26.089</u>	<u>139.052</u>

Notas Explicativas

18 Impostos parcelados – Lei nº 11.941

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Companhia retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito relativo às contribuições do PIS e da COFINS. Para a quitação do débito a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$141.162 à vista, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$42.257. O saldo remanescente está sendo pago em 180 meses desde novembro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para pagamento a partir de 30 de junho de 2011, a primeira parcela no montante de R\$975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contada a partir de dezembro de 2009.

A movimentação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 é a seguinte:

Controladora e consolidado	
Saldo Inicial	155.455
Atualização monetária sobre o débito	6.322
Pagamentos efetuados	<u>(10.070)</u>
	<u>151.707</u>
Circulante	<u>13.688</u>
Não circulante	<u>138.019</u>

19 PIS e COFINS diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
PIS diferido	7.792	4.979	18.974	15.105
COFINS diferido	35.890	22.936	87.423	69.600
	<u>43.682</u>	<u>27.915</u>	<u>106.397</u>	<u>84.705</u>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção. O recolhimento ocorre quando do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo financeiro.

Notas Explicativas

20 Encargos regulatórios a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	63.168	60.807	64.019	61.408
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	707	2.556	707	2.556
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	-	1.203	-	1.203
Reserva Global de Reversão – RGR (ii)	11.355	11.609	12.576	12.641
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.538	1.697	1.538	1.697
Taxa de fiscalização – ANEEL	-	-	461	307
	76.768	77.872	79.301	79.812
Circulante	32.530	38.535	35.063	40.344
Não circulante	44.238	39.337	44.238	39.468

- (i) A Companhia e suas controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Os saldos dos projetos serão liquidados quando da finalização de cada projeto.
- (ii) Conforme artigo 21 da Lei nº 12.783, a partir de 01 de janeiro de 2013, as concessionárias do serviço de transmissão de energia elétrica com os contratos de concessão prorrogados nos termos da referida Lei, ficam desobrigadas do recolhimento da quota anual da RGR. Para a Companhia aplica-se ao contrato nº 059/2001. Em 30 de setembro de 2013, o saldo de RGR a pagar refere-se ao complemento do encargo referente aos exercícios de 2011 e 2012.

21 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Férias e encargos sociais	23.060	19.132	23.887	19.575
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	6.874	7.847	6.890	7.863
Contingências (a)	130.292	120.845	130.329	120.882
	160.226	147.824	161.106	148.320
Circulante	29.934	26.979	30.777	27.438
Não circulante	130.292	120.845	130.329	120.882

Notas Explicativas

(a) Provisão para contingências

As contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Trabalhistas (i)	102.934	108.294	102.971	108.331
Cíveis	17.721	3.474	17.721	3.474
Fiscais – IPTU (ii)	7.920	7.506	7.920	7.506
Previdenciárias – INSS (iii)	1.717	1.571	1.717	1.571
	130.292	120.845	130.329	120.882

(i) Trabalhistas

A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$65.845 (R\$65.497 em 31 de dezembro de 2012), conforme nota 11.

(ii) Fiscais - IPTU

A Companhia efetua provisão para fazer face aos débitos com à prefeitura de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas, no montante de R\$7.920.

(iii) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração iniciou procedimento de defesa e atualmente o valor do depósito judicial para este processo totaliza R\$1.226 (nota 11).

(iv) Movimentação das provisões para contingências:

	Controladora				
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Previdenciárias - INSS	Total
Saldos em 31.12.2012	108.294	3.474	7.506	1.571	120.845
Constituição	7.726	14.111	-	-	21.837
Reversão/pagamento	(16.829)	(887)	(95)	-	(17.811)
Atualização	3.743	1.023	509	146	5.421
Saldos em 30.09.2013	102.934	17.721	7.920	1.717	130.292

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Trabalhista	Cível	Fiscais - IPTU	Previdenciárias - INSS	Total
Saldos em 31.12.2012	108.331	3.474	7.506	1.571	120.882
Constituição	7.726	14.111	-	-	21.837
Reversão/pagamento	(16.829)	(887)	(95)	-	(17.811)
Atualização	3.743	1.023	509	146	5.421
Saldos em 30.09.2013	102.971	17.721	7.920	1.717	130.329

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível - controladora e consolidado

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$164.681 em 30 de setembro de 2013 (R\$65.942 em 31 de dezembro de 2012), concentradas principalmente em trabalhistas e fiscais que totalizam R\$139.973.

Classificação	Quantidade	Total
Trabalhistas	286	30.375
Cíveis	193	24.708
Fiscais – CSLL base negativa (i)	1	19.056
Fiscais – MANAD (ii)	1	16.948
Fiscais – Amortização ágio (iii)	1	58.304
Fiscais – IRPJ e CSLL (iv)	1	15.290
		164.681

(i) Fiscais – CSLL base negativa

Processo decorrente de auto de infração lavrado em 2007, pela não comprovação da composição da base negativa da CSLL, oriundo do balanço de cisão parcial da CESP. Aguarda julgamento de recurso.

(ii) Fiscais – MANAD

Processo decorrente de auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 2011, em razão de atendimento de obrigação acessória referente entrega de arquivos digitais, relacionados ao Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD). Aguarda julgamento de recurso.

(iii) Fiscais – Amortização do ágio

Processo decorrente de auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 2013, referente a operação de ágio pago pela ISA no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP (nota 10). Pendente de julgamento da Delegacia Regional de Julgamento.

Notas Explicativas

(iv) Fiscais – IRPJ e CSLL

Refere-se a pedido de compensação pleiteado pela empresa em 14 de maio de 2003, referente a saldo negativo de IRPJ e CSLL (exercício de 2002), no valor de R\$16,9 milhões compensado com débitos de IRPJ e CSLL, apurados nos meses de janeiro a março de 2003, o qual foi deferido parcialmente. Pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

(c) Processos com probabilidade de perda classificada como remota - controladora e consolidado

(v) Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - “Eletropaulo”), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS como saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$429 milhões da Eletropaulo e R\$49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do pólo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta.

Notas Explicativas

Em dezembro de 2012, foi publicada decisão que indeferiu a produção de provas requeridas pelas partes encerrando a liquidação por artigos, declarando que a responsabilidade pelo pagamento da condenação é da Eletropaulo, abatendo-se o montante depositado em juízo referente à ação consignatória. Reformada a decisão para realização de prova pericial.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS e aceita em juízo.

22 Valores a pagar – Fundação CESP - controladora e consolidado

A Companhia patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos com a Fundação CESP, que somado aos custos administrativos do fundo apresenta saldo de R\$6.896 em 30 de setembro de 2013 (R\$6.226 em 31 de dezembro de 2012), referente às parcelas mensais a pagar como contribuição ao fundo.

(a) Plano “A” - complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Companhia (nota 34).

(b) Plano “B” e “B1” - suplementação de aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Companhia.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Companhia, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida – CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida – CD torna-se de Benefício Definido - BD. Os planos “B” e “B1” foram fusionados financeiramente constituindo-se o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

Notas Explicativas

(c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Companhia, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

Durante o trimestre não houve variação significativa no número de participantes dos planos e nas premissas utilizadas pela Companhia.

(d) Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial, elaborada por atuário independente, dos planos de previdência PSAP patrocinados pela Companhia foi adotado o método do crédito unitário projetado. O laudo atuarial de 31 de dezembro de 2012 demonstra um ativo atuarial no montante de R\$20.887 que não foi reconhecido contabilmente devido a incerteza da recuperação desse ativo através de reembolsos provenientes do plano ou redução das contribuições futuras. O ganho atuarial está demonstrado abaixo, conforme laudo atuarial.

(i) Conciliação dos ativos e passivos

	<u>31.12.2012</u>
Valor justo dos ativos do plano	3.290.144
Valor presente da obrigação de benefício definido	<u>(2.678.356)</u>
Superávit atuarial	611.788
Restrição de reconhecimento do ativo	<u>(590.901)</u>
Líquido de benefício definido ativo	<u>20.887</u>

Devido a variação das taxas de juros durante o ano de 2013, a Companhia avaliou os possíveis impactos no ativo atuarial. Tendo em vista que a avaliação é positiva e que a Companhia não reconheceu contabilmente o ativo atuarial, conforme descrito acima, não há impactos para as informações trimestrais de 30 de setembro de 2013.

23 Obrigações especiais – Reversão/Amortização - controladora e consolidado

O saldo em 30 de setembro de 2013, de R\$24.053, refere-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, a Companhia paga 5% sobre o valor da Reserva, à título de juros. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

24 Patrimônio Líquido - controladora e consolidado

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2013 é de R\$2.300.000 (R\$1.469.090 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$971.523 em ações ordinárias (R\$615.696 em 31 de dezembro de 2012) e R\$1.328.477 em ações preferenciais (R\$853.394 em 31 de dezembro de 2012), todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

A composição do capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro 2012 totaliza R\$2.000.000 e R\$1.162.626, respectivamente, está representado por ações ordinárias e preferenciais, como segue:

	<u>30.09.2013</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>R\$ mil</u>
ON	64.484.433	844.802	64.484.433	491.095
PN	88.177.132	1.155.198	88.177.132	671.531
	<u>152.661.565</u>	<u>2.000.000</u>	<u>152.661.565</u>	<u>1.162.626</u>

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos de 10% ao ano, não-cumulativos, calculados sobre o capital integralizado correspondente a essa espécie de ações.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 01 de abril de 2013, foi aprovado aumento de capital social autorizado no montante de R\$830.910, passando o mesmo de R\$1.469.090 para R\$2.300.000 e aumento de capital social integralizado no montante de R\$837.374, passando o mesmo de R\$1.162.626 para R\$2.000.000, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de capital (conta Subvenções para Investimentos – CRC).

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 10% do capital social, equivalente a R\$200.000, sempre que houver saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

(c) Reservas de capital

	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Subvenções para investimento – CRC (i)	426.710	1.264.084
Remuneração das imobilizações em curso (ii)	633.053	633.053
Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
Incentivos fiscais - FINAM	6.743	6.743
Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 10)	147.912	147.912
	<u>1.364.907</u>	<u>2.202.281</u>

(i) Subvenções para investimentos - CRC

A Conta de Resultados a Compensar (CRC) foi instituída pelo Decreto nº 41.019/1957 e pela Lei nº 5.655/1971 para remunerar as concessionárias de energia elétrica por certos investimentos por ela realizados. A Lei nº 8.631/1993 extinguiu a CRC e, posteriormente, a Lei nº 8.724/1993 estabeleceu que os créditos de CRC, fossem registrados no patrimônio líquido como subvenção para investimento à conta de “Reserva de Capital”.

Conforme facultado pelo CPC nº13, a Companhia optou por manter o saldo existente em 31 de dezembro de 2007 referente à CRC, bem como as demais doações e subvenções para investimentos registrados como reserva de capital no patrimônio líquido, até sua total utilização nas formas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas

(ii) Remuneração das imobilizações em curso

Trata-se de créditos resultantes da capitalização da remuneração calculada sobre os recursos de capital próprio utilizados durante a construção de ativos imobilizados, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de 1999, a Companhia abandonou essa prática, conforme facultado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

(d) Reservas de lucro

	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Reserva legal (i)	232.525	232.525
Reserva estatutária (ii)	116.263	116.263
Reserva de lucros a realizar (iii)	24.590	25.858
Reserva de retenção de lucros (iv)	1.338.011	1.338.011
	<u>1.711.389</u>	<u>1.712.657</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária

O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição de reserva para investimento na expansão das atividades à taxa de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, até o limite de 10% do capital social.

(iii) Reserva de lucros a realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária líquida de balanço até 1995.

Essa reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de “Lucros acumulados” mensalmente.

(iv) Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a parcela remanescente do lucro líquido das distribuições e demais destinações estatutárias foram destinadas a esta reserva para fazer jus ao atendimento ao orçamento de capital, bem como para o capital de giro da Companhia.

(e) Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

Para o cálculo do lucro ou prejuízo diluído por ação, a Companhia realizou estimativa para a média das ações ordinárias em circulação considerando ações que poderão ser emitidas através da capitalização da reserva especial de ágio na incorporação em favor do acionista controlador.

Notas Explicativas

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, a medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da sua controladora, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro ou prejuízo por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 30 de setembro de 2013 e de 2012, as condições para emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio foram atendidas.

Em 30 de setembro de 2013, as ações emitidas de acordo com esta realização não foram incluídas no cálculo do resultado diluído por ação, porque são antidiluidores por reduzir o prejuízo por ação.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação:

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação				
Lucro (prejuízo) líquido – R\$ mil	(245.280)	241.330	(126.863)	647.607
Média ponderada de ações				
Ordinárias	64.484.433	64.484.433	64.484.433	64.484.433
Preferenciais	88.177.132	88.177.132	88.177.132	88.177.132
	<u>152.661.565</u>	<u>152.661.565</u>	<u>152.661.565</u>	<u>152.661.565</u>
Média ponderada ajustada de ações				
Ordinárias	67.480.623	67.479.231	67.495.814	67.080.028
Preferenciais	88.177.132	88.177.132	88.177.132	88.177.132
	<u>155.657.755</u>	<u>155.656.363</u>	<u>155.672.946</u>	<u>155.257.160</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação	<u>(1,60669)</u>	<u>1,58082</u>	<u>(0,83101)</u>	<u>4,24211</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação	<u>(1,60669)</u>	<u>1,55040</u>	<u>(0,83101)</u>	<u>4,17119</u>

Notas Explicativas**25 Receita operacional líquida****25.1 Composição da receita operacional líquida**

	Controladora			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Receita bruta				
Construção (a) (nota 7)	54.929	38.070	110.008	117.561
Operação e Manutenção (a) (nota 7)	118.228	121.574	406.383	440.895
Financeira (b) (nota 7)	66.324	414.764	114.781	1.053.230
Aluguéis	3.830	3.781	11.046	10.803
Prestação de serviços	1.969	2.055	5.285	4.898
Total da receita bruta	245.280	580.244	647.503	1.627.387
Tributos sobre a receita				
COFINS	(18.409)	(23.562)	(49.226)	(65.642)
PIS	(3.998)	(5.110)	(10.687)	(14.234)
ISS	(99)	(104)	(264)	(245)
	(22.506)	(28.776)	(60.177)	(80.121)
Encargos regulatórios				
Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	(7.386)	(892)	(37.688)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.867)	(7.415)	(7.560)	(28.863)
Reserva Global de Reversão – RGR	(127)	(13.278)	(342)	(40.590)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(1.155)	(4.586)	(4.093)	(14.272)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(4.062)	(4.749)	(13.582)	(15.189)
	(7.211)	(37.414)	(26.469)	(136.602)
	215.563	514.054	560.857	1.410.664

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	Reapresentado		Reapresentado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Receita bruta				
Construção (a) (nota 7)	62.917	41.923	148.755	163.049
Operação e Manutenção (a) (nota 7)	125.449	121.804	424.372	445.896
Financeira (b) (nota 7)	129.498	491.480	203.998	1.147.953
Aluguéis	3.830	3.781	11.046	10.803
Prestação de serviços	1.637	1.854	4.462	4.326
Total da receita bruta	323.331	660.842	792.633	1.772.027
Tributos sobre a receita				
COFINS	(22.360)	(29.548)	(57.135)	(59.086)
PIS	(4.856)	(6.411)	(12.403)	(12.812)
ISS	(99)	(104)	(264)	(245)
	(27.315)	(36.063)	(69.802)	(72.143)
Encargos regulatórios				
Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	(7.386)	(892)	(37.688)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.867)	(7.415)	(7.560)	(28.863)
Reserva Global de Reversão – RGR	(686)	(13.678)	(1.926)	(41.643)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(1.358)	(4.751)	(4.670)	(14.654)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(4.062)	(4.749)	(13.582)	(15.189)
	(7.973)	(37.979)	(28.630)	(138.037)
	288.043	586.800	694.201	1.561.847

(a) Serviços de Construção e Operação e Manutenção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil inicial deste ativo.

Notas Explicativas

25.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, por intermédio da ANEEL, a cada quatro e cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária. A receita associada ao contrato de concessão nº 143/2001, cuja periodicidade de revisão tarifária é de cinco anos, não está sujeita a esta revisão da receita licitada.

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNI;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.
- e) determinação do fator X que tem objetivo de estimular a eficiência e capturar ganhos de produtividade para o consumidor.

A última revisão tarifária da Companhia ocorreu em 2010, conforme divulgado na nota explicativa 23.2, nas demonstrações financeiras do exercício de 2011. De acordo com o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 059/2001, a próxima revisão tarifária ocorrerá em julho/18.

A primeira revisão tarifária da IENNE foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.540, de 18 de junho de 2013, reduzindo a RAP em 8,9%, vigente a partir de 01 de julho de 2013.

As próximas revisões periódicas da RAP estão descritas na nota 1.2.

25.3 Parcela Variável – PV e Adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 270 de 9 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável – PV e o Adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras devido a indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Resolução Normativa (REN) nº 512, de 30 de outubro de 2012, alterou a REN nº 270/07, incluindo o §3 ao artigo 3º, o qual extingue o adicional à RAP para as funções de transmissão alcançadas pela Lei nº 12.783/2013.

25.4 Reajuste anual da receita

Em 26 de junho de 2012, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.313, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2012 a 30 de junho de 2013. Posteriormente, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.395 de 11 de dezembro de 2012 alterando os valores previstos na Resolução Homologatória nº 1.313/12, e que também determinou as receitas anuais permitidas após a Lei nº 12.783/2013.

Com o advento da Lei nº 12.783/2013 e conseqüentemente com o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 059/2001 a RAP do referido contrato a partir de 01 de janeiro de 2013, passou para R\$568.178, que líquido de PIS e COFINS, totaliza R\$515.621, nos termos da Portaria Interministerial nº 579.

A RAP da Companhia em duodécimos no período de 01 de julho de 2012 até 30 de junho de 2013 apresentou a seguinte composição:

Notas Explicativas

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
059/2001 – vigente dez/12(*)	647.245	176.038	-	(22.066)	187.342	64.202	4.829	1.057.590
059/2001 – vigente jun/13 (*)	197.293	-	-	(22.066)	86.795	-	4.829	266.851
143/2001	-	-	16.604	(667)	-	-	-	15.937
	844.538	176.038	16.604	(44.799)	274.137	64.202	9.658	1.340.378

A RAP da Companhia e suas controladas em duodécimos no período de 01 de julho de 2012 até 30 de junho de 2013 apresentou a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT				Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	
059/2001 – vigente dez/12(*)	647.245	176.038	-	(22.066)	187.342	64.202	-	4.829	1.057.590
059/2001 – vigente jun/13 (*)	197.293	-	-	(22.066)	86.795	-	-	4.829	266.851
143/2001	-	-	16.604	(667)	-	-	-	-	15.937
004/2007	-	-	14.161	(594)	-	-	-	-	13.567
012/2008	-	-	6.739	418	-	-	1.016	-	8.173
015/2008	-	3.671	12.800	1.259	-	1.032	314	20	19.096
018/2008	-	-	3.292	-	-	-	40	-	3.332
026/2009	-	-	21.554	(1.355)	-	-	4.903	-	25.102
020/2008	6.603	2.180	-	(784)	-	1.952	-	(107)	9.844
	851.141	181.889	75.150	(45.855)	274.137	67.186	6.273	9.571	1.419.492

(*) Devido a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 (nota 1.2), os valores demonstrados no quadro consideram a proporção da RAP de acordo com os valores vigentes no período de competência, sendo que para o período de julho a dezembro de 2012 foi considerada a proporção da RAP anual de R\$2.131.115 e para o período de janeiro a junho 2013 a proporção da RAP anual de R\$568.178, que líquido de PIS e COFINS, totaliza R\$515.621.

Em 27 de junho de 2013, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.595, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 1.595, a RAP da CTEEP (contratos nº 143 e 059/2001), líquida de PIS e COFINS, que era de R\$531.558 em 01 de janeiro de 2013, passou para R\$542.056 em 01 de julho de 2013, apresentando um incremento de R\$10.499, equivalente a 2,0%. A RAP da Companhia em conjunto com suas controladas, que era de R\$610.672 em 01 de janeiro de 2013, passou para R\$630.159 em 01 de julho de 2013, apresentando um incremento de R\$19.487, equivalente a 3,2%.

Notas Explicativas

A RAP da Companhia, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2013 até 30 de junho de 2014 apresentou a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
059/2001	375.750	17.289	-	(33.978)	161.360	9.849	(5.318)	524.952
143/2001	-	-	17.636	(532)	-	-	-	17.104
	375.750	17.289	17.636	(34.510)	161.360	9.849	(5.318)	542.056

A RAP da Companhia e suas controladas, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2013 até 30 de junho de 2014 apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT				Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	
059/2001	375.750	17.289	-	(33.978)	161.360	9.849	-	(5.318)	524.952
143/2001	-	-	17.636	(532)	-	-	-	-	17.104
004/2007	-	-	15.082	(446)	-	-	-	-	14.636
012/2008	-	-	7.178	111	-	635	1.082	(3)	9.003
015/2008	-	3.909	13.632	(1.100)	-	1.100	334	(1)	17.874
018/2008	-	-	3.507	(6)	-	-	42	-	3.543
021/2011	-	-	3.575	-	-	-	1.311	-	4.886
026/2009	-	-	22.957	1.162	-	-	5.221	-	29.340
020/2008	-	8.214	-	(1.045)	-	1.743	-	(91)	8.821
	375.750	29.412	83.567	(35.834)	161.360	13.327	7.990	(5.413)	630.159

Notas Explicativas**26 Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas****a) Controladora**

	Trimestre findo em			
			30.09.2013	30.09.2012
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(51.805)	(11.071)	(62.876)	(61.694)
Serviços	(49.188)	(8.770)	(57.958)	(57.519)
Depreciação	-	(1.839)	(1.839)	(1.216)
Materiais	(28.469)	(188)	(28.657)	(33.136)
Arrendamentos e aluguéis	(2.097)	(1.350)	(3.447)	(3.438)
Contingências	-	(10.515)	(10.515)	(2.996)
Outros	(4.430)	(1.135)	(5.565)	(9.935)
	(135.989)	(34.868)	(170.857)	(169.934)
	Período de nove meses findo em			
			30.09.2013	30.09.2012
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(155.454)	(36.040)	(191.494)	(178.416)
Serviços	(121.985)	(27.584)	(149.569)	(160.388)
Depreciação	-	(5.475)	(5.475)	(3.495)
Materiais	(69.492)	(589)	(70.081)	(79.737)
Arrendamentos e aluguéis	(6.409)	(4.048)	(10.457)	(10.546)
Contingências	-	(42.462)	(42.462)	(13.006)
Outros	(16.694)	(12.355)	(29.049)	(33.632)
	(370.034)	(128.553)	(498.587)	(479.220)

Notas Explicativas**b) Consolidado**

	Trimestre findo em			
	30.09.2013			Reapresentado 30.09.2012
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(53.290)	(11.353)	(64.643)	(63.747)
Serviços	(50.756)	(9.044)	(59.800)	(59.812)
Depreciação	-	(1.839)	(1.839)	(1.216)
Materiais	(38.806)	(207)	(39.013)	(35.404)
Arrendamentos e aluguéis	(2.099)	(1.498)	(3.597)	(3.545)
Contingências	-	(10.515)	(10.515)	(2.996)
Outros	(4.529)	(1.242)	(5.771)	(9.998)
	(149.480)	(35.698)	(185.178)	(176.718)
	Período de nove meses findo em			
	30.09.2013			Reapresentado 30.09.2012
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(159.870)	(37.002)	(196.872)	(183.655)
Serviços	(126.367)	(28.931)	(155.298)	(164.674)
Depreciação	-	(5.475)	(5.475)	(3.495)
Materiais	(112.295)	(680)	(112.975)	(117.330)
Arrendamentos e aluguéis	(6.439)	(4.271)	(10.710)	(10.908)
Contingências	-	(42.462)	(42.462)	(13.006)
Outros	(16.980)	(12.871)	(29.851)	(34.040)
	(421.951)	(131.692)	(553.643)	(527.108)

Dos custos demonstrados acima, os custos de construção da controladora totalizaram R\$99.832 em 30 de setembro de 2013 e R\$106.687 em 30 de setembro de 2012. Os custos de construção consolidados totalizaram R\$135.371 em 30 de setembro de 2013 e R\$143.706 em 30 de setembro de 2012. A respectiva receita de construção, demonstrada na nota 25.1, é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as subsidiárias em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

Notas Explicativas**27 Resultado financeiro**

	Controladora			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	30.925	8.498	69.980	16.178
Juros ativos	15.824	77	60.547	580
Variações monetárias, líquidas	5.635	-	52.921	-
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	-	864	-
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	12.247	2.892	24.308	28.001
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	16.790	4.223	36.984	39.488
Outras	978	201	2.236	1.143
	<u>82.399</u>	<u>15.891</u>	<u>247.840</u>	<u>85.390</u>
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(6.020)	(9.375)	(19.947)	(31.417)
Juros passivos	(2.606)	(2.824)	(7.217)	(9.722)
Encargos sobre notas promissórias	-	(8.887)	(1.115)	(43.403)
Encargos sobre debêntures	(26.582)	(26.130)	(69.719)	(55.223)
Encargos (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(1.056)	(4.005)	(4.603)	(6.431)
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(266)	(23)	(612)	(3.574)
Variações monetárias, líquidas	-	(855)	-	(3.916)
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(13.485)	(4.284)	(38.326)	(51.197)
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(14.284)	(319)	(27.062)	(18.121)
Outras	(97)	(492)	(1.226)	(1.496)
	<u>(64.396)</u>	<u>(57.194)</u>	<u>(169.827)</u>	<u>(224.500)</u>
	<u>18.003</u>	<u>(41.303)</u>	<u>78.013</u>	<u>(139.110)</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
		Reapresentado		Reapresentado
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	31.437	8.890	71.168	17.255
Juros ativos	15.826	77	60.549	584
Variações monetárias	5.635	-	52.921	-
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	-	-	864	-
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	12.247	2.892	24.308	28.001
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	16.790	4.223	36.984	39.488
Outras	978	139	2.241	1.143
	<u>82.913</u>	<u>16.221</u>	<u>249.035</u>	<u>86.471</u>
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(11.041)	(14.381)	(34.601)	(46.902)
Juros passivos	(2.629)	(2.834)	(7.269)	(9.738)
Encargos sobre notas promissórias	-	(8.887)	(1.115)	(43.403)
Encargos sobre debêntures	(26.582)	(26.130)	(69.719)	(55.223)
Encargos (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(1.056)	(4.005)	(4.603)	(6.431)
Ajuste MTM (mark to market) - (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(266)	(23)	(612)	(3.574)
Variações monetárias	-	(855)	-	(3.916)
Variações cambiais (CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(13.485)	(4.284)	(38.326)	(51.197)
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional e <i>Commercial Paper</i>)	(14.284)	(319)	(27.062)	(18.121)
Outras	(227)	(729)	(1.464)	(2.282)
	<u>(69.570)</u>	<u>(62.447)</u>	<u>(184.771)</u>	<u>(240.787)</u>
	<u>13.343</u>	<u>(46.226)</u>	<u>64.264</u>	<u>(154.316)</u>

As captações internacionais, no período de nove meses, apresentaram uma despesa de variação cambial líquida de R\$14.018 (R\$23.196 no mesmo período de 2012) e encargos de R\$4.603 (R\$6.431 no mesmo período de 2012). Em contrapartida, o ajuste de *Swap* gerou uma receita líquida de R\$9.922 (R\$21.367 no mesmo período de 2012).

A Companhia possui duas operações para captação de recursos externos, sendo:

A operação de CCB Internacional com o Banco Itaú BBA, apresentou, no período de nove meses, receita de variação cambial líquida de R\$2.011 (despesa de R\$9.895 no mesmo período de 2012), encargos de R\$1.648 (R\$3.696 no mesmo período de 2012) e no MTM (mark to market) gerou a receita de R\$1.196 (despesa de R\$192 no mesmo período de 2012). O ajuste de *Swap* gerou uma despesa líquida de R\$4.934 (receita de R\$9.389 no mesmo período de 2012) para o mesmo período que mantém o custo a 103,5% do CDI. Esta operação foi liquidada em 26 de abril de 2013.

A captação sob a Lei 4.131 junto ao Banco JP Morgan, apresentou, no período de nove meses, despesa de variação cambial líquida de R\$16.029 (despesa de R\$13.301 no mesmo período de 2012) e encargos de

Notas Explicativas

R\$2.955 (R\$2.735 no mesmo período de 2012) e no MTM (mark to market) gerou a despesa de R\$944 (R\$3.382 no mesmo período de 2012). O ajuste de *Swap* obteve uma receita líquida de R\$14.856 (R\$11.978 no mesmo período de 2012) para o mesmo período que mantém o custo a 98,3% do CDI.

28 Outras receitas (despesas) operacionais – controladora e consolidado

Outras receitas (despesas) operacionais referem-se, substancialmente, à: (i) amortização do ágio incorporado da controladora (nota 10), no montante de R\$22.415; (ii) provisão para perdas sobre realização de créditos no montante de R\$516.255 (nota 8); e (iii) a receita oriunda de reconhecimento de indenização por reequilíbrio econômico financeiro conforme acordo bilateral no montante de R\$12.001.

29 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) a Companhia e suas controladas IEMG, Pinheiros, Serra do Japi e Evrecy estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas IEMG, Serra do Japi e Evrecy que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do trimestre e período de nove meses pode ser conciliada com o lucro (prejuízo) contábil como segue:

	Controladora			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(407.102)	356.237	(274.060)	878.100
Aliquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	138.415	(121.121)	93.180	(298.554)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	43.421
Realização de perdas	(342)	(25.230)	(1.310)	(25.230)
Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (nota 10)	4.931	4.757	14.794	14.272
Equivalência Patrimonial	18.264	20.408	36.479	38.180
Outros	554	6.279	4.054	(2.582)
Imposto de renda e contribuição social efetiva	161.822	(114.907)	147.197	(230.493)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(17.017)	(88.477)	(93.495)	(215.262)
Diferido	178.839	(26.430)	240.692	(15.231)
	161.822	(114.907)	147.197	(230.493)
Aliquota efetiva	39,7%	32,3%	53,7%	26,2%

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
		Reapresentado		Reapresentado
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(397.819)	377.927	(262.815)	903.071
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	135.258	(128.495)	89.357	(307.044)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	43.421
Realização de perdas	(342)	(25.230)	(1.310)	(25.230)
Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (nota 10)	4.931	4.757	14.794	14.272
Equivalência Patrimonial	3.231	7.011	18.275	15.851
Efeito adoção lucro presumido controladas (i)	8.907	(1.244)	10.782	5.506
Outros	554	6.604	4.054	(2.240)
Imposto de renda e contribuição social efetiva	152.539	(136.597)	135.952	(255.464)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(18.033)	(89.108)	(95.931)	(216.738)
Diferido	170.572	(47.489)	231.883	(38.726)
	152.539	(136.597)	135.952	(255.464)
Alíquota efetiva	38,3%	36,1%	51,7%	28,3%

(i) Controladas IEMG, Serra do Japi e Evrecy.

A alíquota utilizada nas apurações de 2013 e 2012 é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

Notas Explicativas

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

Ativos / (Passivos)	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Provisão SEFAZ-SP (nota 8)	175.527	-	175.527	-
Provisão para contingências	44.299	41.087	44.299	41.087
Contrato de concessão (ICPC 01)	15.129	(13.189)	(18.632)	(37.048)
Reversão de ativos (ICPC 01) (i)	18.600	51.930	18.600	51.930
Reversão de ativos (i)	(30.336)	(85.079)	(30.336)	(85.079)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(15.429)	(18.383)	(15.429)	(18.383)
Demais diferenças temporárias	17.829	8.561	17.829	8.561
Líquido	225.619	(15.073)	191.858	(38.932)
Ativo	<u>225.619</u>	<u>-</u>	<u>225.619</u>	<u>-</u>
Passivo*	<u>-</u>	<u>15.073</u>	<u>33.761</u>	<u>38.932</u>

*Em 30 de setembro de 2013, o saldo do passivo consolidado refere-se ao saldo das controladas, por isso não se encontra líquido.

- (i) A Companhia apurou ganho de capital, para fins fiscais, devido a reversão e alienação dos ativos imobilizados, conforme previsto nas Lei nº 12.783 e quinto aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001 assinado em 04 de dezembro de 2012, no montante de R\$250.231 (que para fins societários corresponde a 97.497). Com base no Decreto-Lei nº 1.598/77 o ganho de capital poderá ser reconhecido para fins de apuração do lucro real na proporção da parcela do preço recebida, se o recebimento de parte ou todo for superior ao exercício social vigente. As parcelas recebidas até 30 de setembro de 2013 totalizam, aproximadamente, 64,6% do valor total a receber das instalações do NI.

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perda.

Notas Explicativas

30 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	30.09.2013		31.12.2012		30.09.2013	30.09.2012
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Benefícios de curto prazo*	Pessoal-chave da administração		-	-	-	(3.769)	(4.178)
Sublocação	ISA Capital	22	-	23	-	254	216
	IEMG	8	-	5	-	61	58
	IENNE	8	-	8	-	79	77
	Pinheiros	13	-	121	-	112	70
	IESul	5	-	6	-	46	46
	Serra do Japi	13	-	71	-	113	159
	Evrecy	7	-	-	-	27	-
		76	-	234	-	692	626
Prestação de serviços	ISA Capital	12	-	10	-	105	90
	Pinheiros	87	-	46	-	620	416
	IEMadeira	106	-	154	-	920	1.457
	Serra do Japi	23	-	21	-	203	157
		228	-	231	-	1.848	2.120

*Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Companhia e no consolidado apresenta saldo de R\$4.167 (R\$4.636 em 30 de setembro de 2012 - reapresentado).

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a ISA Capital abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Pinheiros.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Em 2012, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Serra do Japi

Notas Explicativas

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

31 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Ativos financeiros				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	1.391	296.486	4.769	309.603
Aplicações financeiras	1.218.313	-	1.239.384	-
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Circulante	45.379	63.455	45.379	63.455
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber				
Circulante	716.699	2.356.600	789.308	2.425.203
Não circulante	2.358.869	2.646.721	3.183.298	3.387.374
Valores a receber – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo				
Não circulante	588.207	986.486	588.207	986.486
Créditos com controladas	270	432	119	168
Cauções e depósitos vinculados	76.616	74.690	76.616	74.690
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	153.361	587.936	192.767	626.918
Não circulante	113.873	226.804	351.466	461.084
Debêntures				
Circulante	961.246	166.667	961.246	166.667
Não circulante	215.526	956.683	215.526	956.683
Fornecedores	24.339	53.373	46.983	63.268
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	4.696	6.340	4.696	6.340
Valor justo através do resultado				
Empréstimos e financiamentos – Moeda estrangeira				
Circulante	195.368	309.627	195.368	309.627
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Circulante	-	3.770	-	3.770

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Os instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, são valorizados conforme Nível I e para os instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo, são valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

A Companhia celebrou em 26 de abril com o Itaú BBA e 17 de outubro de 2011 com o JP Morgan Chase, contrato de Instrumentos Financeiros derivativos *Swap*, como proteção para o risco de taxa de câmbio, designado à cobertura do risco de taxa de câmbio da Contratação do Empréstimo em Moeda Estrangeira nos termos da Lei nº 4131 de 03/09/1962. O contrato celebrado com o Itaú BBA foi liquidado em 26 de abril de

Notas Explicativas

2013 gerando resultado positivo na operação de R\$23,5 milhões (nota 15 (c) (i)). O contrato celebrado com o JP Morgan Chase foi liquidado em 21 de outubro de 2013 (nota 35 (a)).

A Companhia classifica os derivativos contratados como *Hedge* de Valor Justo (*Fair Value Hedge*), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na Norma Internacional IAS 39. A Companhia adotou o "*Hedge Accounting*" para suas operações contratadas.

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento deste risco, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotado pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

Controladora e consolidado				
	Vencimento	Valor de referência (Notional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)
Posição Passiva				
Swap (JPM)	Outubro de 2013	(195.368)	(149.989)	45.379
Ativo circulante				45.379

(b) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

- **Índice de endividamento**

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	348.729	897.563	388.135	936.545
Não circulante	113.873	226.804	351.466	461.084
Debêntures				
Circulante	961.246	166.667	961.246	166.667
Não circulante	215.526	956.683	215.526	956.683
Dívida total	1.639.374	2.247.717	1.916.373	2.520.979
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.219.704	296.486	1.244.153	309.603
Dívida líquida	419.670	1.951.231	672.220	2.211.376
Patrimônio líquido	4.953.037	5.078.230	4.953.037	5.078.230
Índice de endividamento líquido	8,5%	38,4%	13,6%	43,5%

Notas Explicativas

A CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento. As companhias estão adimplentes com todas as cláusulas e exigências dos contratos, conforme mencionados nas notas explicativas 15 e 16.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia e suas controladas mantem contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária. Tendo em vista que o setor de energia elétrica é altamente regulado com receita assegurada e garantias, o risco de inadimplência é minimizado.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA e IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica (nota 25.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 15 e 16).
- (iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Companhia eliminou o risco da taxa de câmbio do seu passivo, contratando Instrumento Derivativo *Swap*, designado como *hedge* de valor justo do Contrato de Empréstimo em Moeda estrangeira (nota 15(c)). A Companhia e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira. Demais exposições aos efeitos de oscilações cambiais são consideradas irrelevantes e correspondem a eventuais importações de equipamentos.
- (v) **Risco de captação** – A Companhia e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (vi) **Risco de liquidez** – A principal fonte de caixa da Companhia e suas controladas é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

(d) Análise de sensibilidade

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Notas Explicativas

Na Companhia o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos de passivo dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Foram realizadas captações no mercado internacional através das emissões de CCB Internacional, em abril de 2011 no montante de US\$63,7 milhões (liquidado em abril de 2013), e *Commercial Paper* em outubro de 2011 no montante de US\$85,7 milhões (nota 15 (c)). Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o fluxo de caixa, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos *Swap - hedge* cambial, representando 100% do principal desses endividamentos.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Companhia. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de câmbio e de juros em 31 de dezembro de 2013, que são informadas nos quadros de Riscos de variação cambial e Riscos de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa – Controladora e consolidado

Operação	Risco	Cenário Provável	Com apreciação da taxa		Com depreciação da taxa	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos e Passivos Financeiros						
<i>Commercial Paper</i> (JP Morgan)	USD	195.368	244.210	293.052	146.526	97.684
<i>Swap Ponta Ativa – Commercial Paper</i> (Banco JP Morgan)	USD	(195.368)	(244.210)	(293.052)	(146.526)	(97.684)
Variação		-	-	-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros		Apreciação / (depreciação) da taxa	25%	50%	(25%)	(50%)
Taxa do Dólar USD/R\$ (dezembro de 2013)		2,2300	2,7875	3,3450	1,6725	1,1150

Notas Explicativas

Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Controladora						
Operação	Risco	Cenário Provável	Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	103,8% CDI	28.206	34.967	41.620	21.334	14.345
Passivos financeiros						
Debêntures 1ª série	CDI+1,30%	8.572	10.370	12.140	6.745	4.889
Debêntures 2ª série	IPCA+8,10%	2.538	2.807	3.073	2.266	1.991
Debêntures Série única	105,5% CDI aa	33.599	38.022	42.373	29.102	24.528
FINEM BNDES (i) e (ii)	TJLP+1,80% a 2,30%	4.625	5.419	6.205	3.825	3.017
Derivativos						
Swap IBBA e JP Morgan (Posição MTM)	98,3% CDI	4.293	5.324	6.339	3.245	2.181
Efeito líquido da variação		(25.421)	(26.975)	(28.510)	(23.849)	(22.261)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros						
100% CDI (dezembro de 2013)		9,24%a.a.	11,55%a.a.	13,86%a.a.	6,93%a.a.	4,62%a.a.

Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado						
Operação	Risco	Cenário Provável	Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	75,0% a 104,33% CDI	28.968	35.911	42.743	21.910	14.733
Passivos financeiros						
Debêntures 1ª série	CDI+1,30%	8.572	10.370	12.140	6.745	4.889
Debêntures 2ª série	IPCA+8,10%	2.538	2.807	3.073	2.266	1.991
Debêntures Série única	105,5% CDI aa	33.599	38.022	42.373	29.102	24.528
FINEM BNDES (i) e (ii)	TJLP+1,80% a 2,30%	4.625	5.419	6.205	3.825	3.017
BNDES (Controladas)	TJLP + 1,55% a 2,62% aa	3.819	4.390	4.957	3.242	2.660
Derivativos						
Swap IBBA e JP Morgan (Posição MTM)	98,3% CDI	4.293	5.324	6.339	3.245	2.181
Efeito líquido da variação		(28.478)	(30.421)	(32.344)	(26.515)	(24.533)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros						
100% CDI (dezembro de 2013)		9,24%a.a.	11,55%a.a.	13,86%a.a.	6,93%a.a.	4,62%a.a.

Notas Explicativas

32 Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais

Os principais compromissos assumidos pela Companhia e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Até um ano	5.293	5.842
Mais de um ano até cinco anos	99	2.160
	5.392	8.002

As operações de arrendamento mercantil envolvendo a Companhia como arrendatário são operações de sub-locação para com sua controladora e suas controladas, e estão divulgadas na nota 30 – transações com partes relacionadas.

33 Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Controladora			
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	01/09/12 a 01/03/14	2.401.635	4.017
Responsabilidade Civil Geral (b)	01/09/13 a 01/09/14	20.000	162
Transportes Nacionais (c)	30/09/12 a 30/09/13	124.322	17
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/13 a 01/05/14	13.408	1
Automóveis (e)	02/03/13 a 02/03/14	Valor de mercado	22
			4.219
Reapresentado Consolidado			
Modalidade	Vigência	Importância Segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	01/09/12 a 01/03/14	2.799.032	4.395
Responsabilidade Civil Geral (b)	01/09/13 a 01/09/14	20.000	162
Transportes Nacionais (c)	30/09/12 a 30/09/13	124.322	17
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/13 a 01/05/14	13.408	1
Automóveis (e)	02/03/13 a 02/03/14	Valor de Mercado	22
			4.597

Notas Explicativas

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Sub-Claúsula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
- (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

34 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58 – controladora e consolidado

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações com direito de controle e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a SEFAZ-SP e a CTEEP, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da SEFAZ-SP, repassados por meio da CESP e posteriormente da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a SEFAZ-SP passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da CTEEP e da Fundação CESP, em montantes inferiores àqueles historicamente pagos até dezembro de 2003.

- (a) Ação da 2ª Vara da Fazenda Pública

Este fato gerou a propositura de demandas judiciais por parte dos aposentados, destacando-se a Ação Civil Pública, com decisão judicial da 2ª Vara da Fazenda Pública, proferida em junho de 2005, julgando improcedente o pedido de complementação de aposentadoria e responsabilizando a SEFAZ-SP pela complementação de aposentadorias.

Notas Explicativas

(b) Ação da 49ª Vara do Trabalho

Em contraposição à decisão anteriormente proferida, decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferiu a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP.

Para o cumprimento das decisões judiciais, a CTEEP solicita mensalmente os recursos necessários à SEFAZ-SP, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários. Referida ação condenou a SEFAZ-SP, a CESP a Fundação CESP e a CTEEP.

Em decorrência da existência de processos em Varas de competências distintas, pende definição de qual decisão prevalecerá, o que poderá tornar nula a decisão da Justiça Trabalhista.

(c) Conflito de competência

Em 20 de fevereiro de 2013, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), em julgamento de recurso relativo a discussões jurídicas de outras partes e não relacionadas a esta ação, sedimentou jurisprudência pela competência da Justiça Comum para decidir casos que versem sobre previdência complementar. O posicionamento do plenário do STF foi no sentido de que “a competência para o processamento de ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência complementar é da Justiça comum, dada a autonomia do Direito Previdenciário em relação ao Direito do Trabalho”.

A decisão do STF, no caso, mencionada no parágrafo anterior, confirmou a competência da Justiça Comum para o processamento de ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência complementar. Esse posicionamento servirá como precedente para o julgamento do conflito de competência que envolve o caso específico da CTEEP em relação à Lei 4.819/58, o qual já se encontra concluso ao Ministro do STF desde 09 de abril de 2013.

(d) Ação de cobrança

A SEFAZ-SP vem repassando à CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho.

Por força dessa decisão, a CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a setembro de 2013, o valor de R\$2.550.427 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da SEFAZ-SP o valor de R\$1.662.479 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela SEFAZ-SP, no montante de R\$887.948 (nota 8 (a)), tem sido requerida pela CTEEP para ressarcimento por parte da SEFAZ-SP. Adicionalmente, há valores relacionados a ações trabalhistas quitados pela Companhia e de responsabilidade do Governo do Estado, no montante de R\$216.514 (nota 8 (b)), perfazendo um total de R\$1.104.462.

Em dezembro de 2010, a CTEEP ingressou com ação de cobrança contra a SEFAZ-SP, visando reaver os valores até então não recebidos decorrentes desse assunto. Em 13 de maio de 2013, foi proferida sentença extinguindo a ação de cobrança, sem julgamento de mérito, para a qual foi apresentado embargos de declaração, os quais, em 27 de agosto de 2013, foram conhecidos para reparar omissão contida na referida decisão. O recurso de apelação para que o processo retorne à Vara de origem para julgamento do mérito foi protocolado em setembro de 2013 e encontra-se pendente de julgamento. Tal intercorrência processual posterga o prazo de realização do ativo pretendido na referida ação.

Notas Explicativas

(e) Ação da Associação dos Aposentados

No segundo semestre de 2012, a Associação dos Aposentados da Fundação CESP propôs ação judicial de nº 0022576-08.2012.8.26.0053, contra a SEFAZ-SP, requerendo sua condenação ao ressarcimento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, para que referido plano possa fazer frente aos pagamentos das aposentadorias e pensões.

(f) Mandado de Segurança – Sindicato de Campinas

Em 19 de abril de 2013, por meio de Ofício da SEFAZ-SP, esta reconheceu a efetivação de repasses à CTEEP de valores anteriormente glosados, relacionados a determinadas rubricas que compõem parcialmente o valor não repassado e necessário ao fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho. O reconhecimento da SEFAZ-SP se deu por força do trânsito em julgado de decisão, no mesmo sentido, proferida nos autos de Mandado de Segurança Coletivo, ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Campinas, que determinou que a SEFAZ-SP mantivesse os pagamentos das complementações de aposentadoria e pensão dos aposentados, sem supressão de tais verbas.

Por conta desta decisão, os pagamentos aos aposentados que pertencem ao sindicato mencionado acima, a partir de 19 de abril de 2013, têm sido assumidos pela SEFAZ-SP. A Administração da CTEEP, amparada por posição favorável de seus consultores jurídicos, entende que essa decisão fornece precedente importante para que verbas de mesma natureza, tanto para o grupo de aposentados daquele sindicato, bem como para outros aposentados, sejam reconhecidas de responsabilidade da SEFAZ-SP. Medidas serão analisadas pela CTEEP, por meio de seus consultores jurídicos, para que a SEFAZ-SP reconheça a responsabilidade por verbas de mesma natureza para toda a população de aposentados.

Posicionamento CTEEP

A CTEEP continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela SEFAZ-SP. A CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores jurídicos externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da SEFAZ-SP e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia.

Tendo em vista os fatos novos ocorridos durante 2013, sobretudo relacionados ao andamento jurídico do processo relacionado à cobrança dos valores devidos pela SEFAZ-SP, acima descrito, e considerando o andamento jurídico dos demais processos e ações acima mencionados, a Administração da CTEEP revisou seu posicionamento, reconhecendo provisão para perdas sobre a realização de créditos de parte dos valores a receber, para a qual há expectativa de aumento no prazo de realização e ainda não contemplada como sendo de responsabilidade exclusiva da SEFAZ-SP.

A Administração segue monitorando os novos fatos relacionados à parte jurídica e negocial do assunto, bem como qualquer impacto sobre as informações financeiras da Companhia.

35 Eventos subsequentes

(a) Empréstimos e financiamentos

Em 21 de outubro de 2013 a CTEEP liquidou a dívida com o JP Morgan Chase – Commercial Paper no valor de USD 86.581, correspondente a R\$187.153. Concomitantemente ocorreu a liquidação do Swap com o banco JP Morgan S.A. de valor “notional” de R\$150.000. O resultado do Swap foi um ajuste positivo líquido de R\$26.794.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA COMPANHIA

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física.

Os principais acionistas da Companhia são como segue:

Acionistas	30.09.2013					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador						
ISA Capital do Brasil S.A	57.714.208	89,50	-	-	57.714.208	37,81
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	8	-	1.100	-	1.108	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
	8	-	1.100	-	1.108	-
Total do Bloco de Controle	57.714.216	89,50	1.100	-	57.715.316	37,81
Ações em Circulação						
Governo do Estado de São Paulo						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (i)	-	-	9.338.731	10,59	9.338.731	6,12
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRÁS (ii)	6.289.661	9,75	47.495.068	53,86	53.784.729	35,23
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda	-	-	5.814.007	6,59	5.814.007	3,81
Outros (iii)	480.556	0,75	25.528.226	28,96	26.008.782	17,03
Total das Ações em Circulação	6.770.217	10,50	88.176.032	100,00	94.946.249	62,19
Capital Total	64.484.433	100,00	88.177.132	100,00	152.661.565	100,00

(i) O acionista “Governo do Estado de São Paulo” tem suas funções atribuídas por decreto estadual de administração tributária, financeira e creditícia, controle interno do Poder Executivo e execução orçamentária. As atribuições do acionista “Governo do Estado de São Paulo” estão regulamentadas no decreto nº 49.900 de 2 de julho de 1968, o qual determina sua responsabilidade político – administrativa nas áreas tributária, financeira e de controle interno do Governo do Estado de São Paulo.

(ii) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(iii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

	30.09.2012					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador						
ISA Capital do Brasil S.A	57.714.208	89,50	-	-	57.714.208	37,81
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	8	-	1.100	-	1.108	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
	8	-	1.100	-	1.108	-
Total do Bloco de Controle	57.714.216	89,50	1.100	-	57.715.316	37,81
Ações em Circulação						
Governo do Estado de São Paulo						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (i)	-	-	9.338.731	10,59	9.338.731	6,12
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRÁS (ii)	6.289.661	9,75	47.495.068	53,86	53.784.729	35,23
Outros (iii)	480.556	0,75	31.342.233	35,55	31.822.789	20,85
Total das Ações em Circulação	6.770.217	10,50	88.176.032	100,00	94.946.249	62,20
Capital Total	64.484.433	100,00	88.177.132	100,00	152.661.565	100,00

(i) O acionista “Governo do Estado de São Paulo” tem suas funções atribuídas por decreto estadual de administração tributária, financeira e creditícia, controle interno do Poder Executivo e execução orçamentária. As atribuições do acionista “Governo do Estado de São Paulo” estão regulamentadas no decreto nº 49.900 de 2 de julho de 1968, o qual determina sua responsabilidade político – administrativa nas áreas tributária, financeira e de controle interno do Governo do Estado de São Paulo.

(ii) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(iii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

2. **Posição acionária por espécie e classe, de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física**

30.09.2013						
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.624.999	100,00	-	-	840.624.999	58,60
Banco HSBC	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Banco Votorantim	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Demais acionistas	1	-	-	-	1	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>593.844.504</u>	<u>100,00</u>	<u>1.434.469.504</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	112.605.547	10,17	-	-	112.605.547	10,17
Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL (d)	58.925.480	5,32	-	-	58.925.480	5,32
Demais acionistas	366.674.306	33,10	-	-	366.674.306	33,10
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	3.008.720	100,00	-	-	3.008.720	100,00
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellín	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
(d) Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público	36.384.788.817	88,50	-	-	36.384.788.817	88,50
Demais acionistas	2.473.323.051	11,50	-	-	2.473.323.051	11,50
	<u>41.116.698.456</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.116.698.456</u>	<u>100,00</u>

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

30.09.2012						
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.624.999	100,00	-	-	840.624.999	58,60
Banco HSBC	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Banco Votorantim	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Demais acionistas	1	-	-	-	1	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>593.844.504</u>	<u>100,00</u>	<u>1.434.469.504</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	112.605.547	10,17	-	-	112.605.547	10,17
Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL (d)	58.925.480	5,32	-	-	58.925.480	5,32
Demais acionistas	366.674.306	33,10	-	-	366.674.306	33,10
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	3.008.720	100,00	-	-	3.008.720	100,00
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellín	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
(d) Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público	36.384.788.817	88,50	-	-	36.384.788.817	88,50
Demais acionistas	2.473.323.051	11,50	-	-	2.473.323.051	11,50
	<u>41.116.698.456</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.116.698.456</u>	<u>100,00</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administração da
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e empresas controladas ("CTEEP" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2013, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012, conforme aplicável, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, equivalente ao IAS 8. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Indenização dos valores referentes aos bens classificados como Serviço Existente – SE

Conforme descrito na nota explicativa 7, com base no previsto na Lei 12.783/13, a Companhia encaminhou informações ao Poder Concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis classificados como Serviço Existente - SE. Enquanto o valor não é homologado, a Companhia registrou, em 2012, uma provisão para redução ao valor de custo de construção dessa infraestrutura, no montante de R\$1.535.319 mil, remanescendo um saldo de R\$1.490.986 mil, equivalente ao ativo imobilizado regulatório (valor histórico). A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Lei 4.819/58

Conforme descrito nas notas explicativas nº 8 e nº 34 às Informações Trimestrais, em 30 de setembro de 2013, a Companhia mantém registrado saldo líquido de contas a receber do Estado de São Paulo no montante de R\$588.207 mil relativos aos impactos da Lei

4.819/58, que concedeu aos servidores das empresas sob controle do Estado de São Paulo as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos. A Administração da Companhia vem monitorando os novos fatos relacionados à parte jurídica e negocial do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de setembro de 2012 e auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012, apresentados para fins de comparação ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 4, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 28 de outubro de 2013, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 4, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 15 de maio de 2013, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 28 de outubro de 2013.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias e dando cumprimento ao disposto no inciso vi do Artigo 163 da Lei no. 6.404/76, analisou as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013 e o Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, manifestando-se favoravelmente à divulgação das Demonstrações Financeiras referentes ao 3º. Trimestre de 2013.

São Paulo, 28 de outubro de 2013

Manuel Domingues de Jesus e Pinho

Antonio Luiz de Campos Gurgel

Flavio Cesar Maia Luz

Rosangela da Silva

Egídio Schoenberger

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Formulário de Informações Trimestrais

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com o Formulário de Informações Trimestrais.

São Paulo, 28 de outubro de 2013

César Augusto Ramírez Rojas
Presidente

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Celso Sebastião Cerchiari
Diretor de Operações

Luiz Roberto Azevedo
Diretor de Empreendimentos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Relatório da Revisão Especial dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e tomaram conhecimento do Relatório da Revisão Especial dos auditores independentes.

São Paulo, 28 de outubro de 2013

César Augusto Ramírez Rojas
Presidente

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Celso Sebastião Cerchiari
Diretor de Operações

Luiz Roberto Azevedo
Diretor de Empreendimentos